

Espaços de herança cultural portuguesa — gentes, factos, políticas*

I — UMA DIVISÃO DE ESPAÇOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

1. RETROSPECTIVA

É trivial repetir-se hoje, mais uma vez, que a emigração é um fenómeno estrutural da sociedade portuguesa: a afirmação resulta da continuidade secular do movimento de saídas, independentemente de flutuações nas regiões de origem predominantes e da variação dos locais de destino preferenciais (ver Joel Serrão, 1972; Magalhães Godinho, 1978; Rocha-Trindade e Arroiteia, 1986).

Numa intenção de delimitação do assunto, confinaremos a referência a aspectos históricos de mais longo prazo àqueles que bastem para justificar a formação e a existência de núcleos implantados de luso-descendentes que ainda hoje se reclamem dessa qualidade. Dentro do mesmo princípio, serão objecto desta análise apenas as correntes migratórias (e as pessoas que as constituíram) cuja determinação adveio de motivações predominantemente económicas; o que corresponde, afinal, à parte mais substancial de toda a emigração portuguesa desde há mais de um século.

Não quer isto dizer que possamos ignorar as variações cronológicas das conjunturas interna e internacional, uma vez que é facto assente ser o estabelecimento e manutenção de um fluxo migratório o resultado conjunto da coexistência de uma pressão endógena no sentido de *sair* (emigrar) com uma força atractiva gerada no exterior e que estimula a *recepção* (imigrar).

Se tomarmos como primeiro marco cronológico o ano da independência do Brasil (1822), pode afirmar-se que, durante mais de um século, o destino brasileiro constituiu, por larga margem, o receptáculo principal dos emigrantes portugueses. Não pode ignorar-se, no entanto, que com aquela corrente coexistiram as que se iam dirigindo, em paralelo, para outros destinos, dos quais talvez seja de salientar o dos Estados Unidos da América, este com predomínio de ilhéus atlânticos. Das outras correntes, menores em importância de efectivos totais e de duração continuada, apenas indicamos os destinos da Argentina, da Guiana e das ilhas Sanduíche (actualmente estado americano do Havai) (Oliveira Martins, 1891, p. 232).

A par destes fluxos de emigrantes (tomada a palavra no sentido de partida para um país estrangeiro, razão aliás pela qual considerámos o Brasil já na sua situação de país independente), saíram igualmente do nosso país

* Este trabalho resultou de uma encomenda da Fundação Calouste Gulbenkian para ser utilizado na elaboração do vol. IV da série «Portugal nos Próximos 20 Anos», sobre o tema «A posição de Portugal no mundo».

europeu significativos contingentes com destino a territórios situados noutros espaços de soberania portuguesa, em África e no Oriente (Índia, Macau e Timor). Destas pessoas, uma parte iria em desempenho de funções por conta do Estado Português (militares, funcionários, dirigentes); uma outra, por sua conta própria, com motivações mais semelhantes às do emigrante económico típico.

Aquilo a que posteriormente chamaremos comunidades portuguesas foi o resultado de uma continuidade de residência de núcleos populacionais fora do espaço europeu, prolongada por casamentos endogâmicos ou mistos e pela sucessão das gerações daí advindas.

A manutenção, pelo menos parcial, de uma consciência e de uma identidade cultural relacionadas com a origem ancestral terá sido mais facilmente mantida nos casos de estada na esfera de soberania portuguesa (caso das populações das colónias); também naqueles em que continuou a imersão numa cultura da mesma raiz original (como acontecia para o Brasil); e, ainda, quando a continuação ininterrupta do mesmo fluxo emigratório foi realimentando a comunidade com novos emigrantes de primeira geração, tal como se verificou em parte para regiões específicas dos Estados Unidos.

Para outras correntes, a sua duração transitória ocasionou a quase total perda dos traços culturais de origem, designadamente a capacidade de expressão em português; disto é caso exemplar a colónia de origem portuguesa no Havai, que no entanto reitera a sua pertença étnica original.

Pode considerar-se que a primeira grande modificação qualitativa nos destinos da emigração portuguesa se verificou com o estabelecimento de uma corrente especializada para destinos europeus, começada com a França e progressivamente estendida a outros países do Centro e Norte da Europa, a partir do fim da década de 50. Embora a emigração transoceânica se tenha mantido ainda, o progressivo engrossamento das correntes intra-europeias (mormente devido a uma crescente importância da emigração clandestina)¹ faz esta viragem assumir expressão quantitativamente crescente, de tal modo que as saídas para França ultrapassaram, a partir do ano de 1963, as saídas para o Brasil².

O gráfico que representa a evolução cronológica dos números absolutos de saídas registadas para os vários destinos, evidencia de maneira expressiva as afirmações anteriormente produzidas.

Uma segunda mudança qualitativa no panorama da emigração portuguesa resulta da quase coincidência, no tempo, de dois fenómenos com causas e origens disjuntas: a instauração de um regime democrático em Portugal, com a quase imediata independência dos territórios africanos até então sob a soberania portuguesa (1974; 1975); o advento de uma situação de crise generalizada da economia mundial, e em particular das economias europeias, cuja causa próxima foi a subida explosiva dos preços do petróleo bruto iniciada em 1973.

Em consequência disto, fecharam-se os destinos europeus da nossa emigração; e não só o continente africano deixou igualmente de absorver

¹ Não é este um fenómeno recente: Oliveira Martins, *op. cit.*, assinala-o e salienta a sua importância no século XIX.

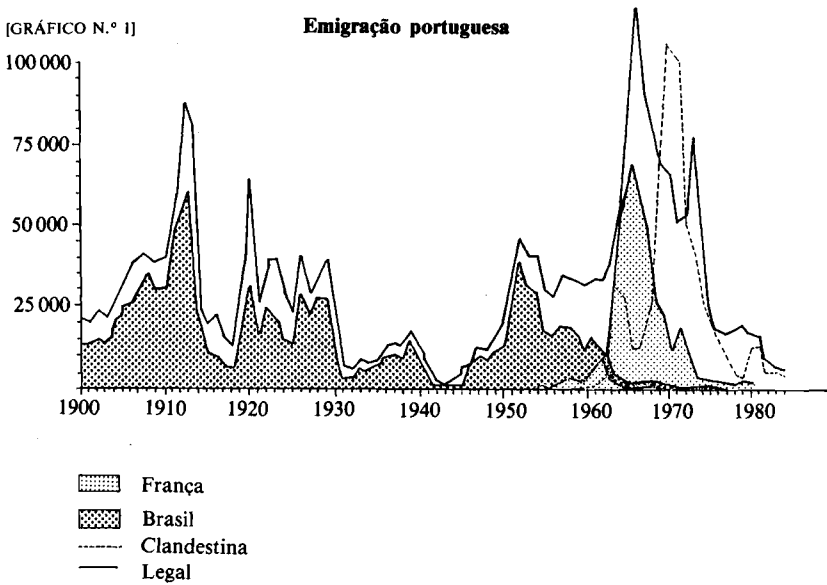
² 1962: Brasil, 13 555; França, 8245.

1963: Brasil, 11 281; França, 15 223.

1964: Brasil, 4929; França, 32 641.

[GRÁFICO N.º 1]

Emigração portuguesa



Fonte: Maria Beatriz Rocha-Trindade e Jorge Arroiteia, 1986

novos contingentes de portugueses, como ainda um êxodo maciço dos aí radicados se traduziu por um fluxo de regressos da ordem das 800 000 pessoas.

Com o fecho virtual dos destinos europeus acabam por se tornar mais relevantes os fluxos relativamente modestos, mas constantes, para países de outros continentes: Canadá, Estados Unidos, Venezuela, África do Sul, Austrália, etc. Mais recentemente, outras hipóteses foram aparecendo, embora com as características um pouco diferentes de recrutamento a prazo (países do Próximo e Médio Oriente, Líbia, Marrocos, etc.).

O quadro A, apresentado em anexo, indica a repartição quantitativa e cronológica destes vários movimentos.

2. EVOLUÇÃO DE CONCEITOS E VARIAÇÃO DE ESPAÇOS

No presente século, durante todo o período que antecedeu o estabelecimento de um regime democrático em Portugal, a presença portuguesa no mundo era assinalada em termos de espaços de exercício de soberania: nessa perspectiva, Portugal integrava a sua porção metropolitana no conti-

nente europeu, as Ilhas Adjacentes dos Açores e da Madeira e as colónias (posteriormente, províncias ultramarinas) da África, Ásia e Oceania. O Brasil era frequentemente associado ao espaço cultural português, dadas a identidade linguística e as relações especiais, mais no plano afectivo do que no material, entre as duas nações.

Neste tipo de descrição não era muito frequente a menção dos núcleos de portugueses emigrados; o fenómeno emigratório era encarado com algum pudor pelo seu carácter revelador de uma situação socioeconómica

desfavorável para muitos estratos de portugueses, motivando-os para a saída do País.

Em compensação, não se evitava a menção a comunidades de portugueses radicados no estrangeiro, embora sem correlação com o momento e causas do seu processo de partida.

Poderá servir como ilustração o mapa I, intitulado «Portugal e os Portugueses no mundo de hoje» (A. Amorim Girão, 1941).

O mesmo tipo de descrição velou a realidade da explosão emigratória verificada nos anos 60 para a Europa, com a sua forte componente clandestina. Não foram encorajados relatos ou estudos sobre essa matéria, cujos pormenores permaneceram, durante algum tempo, relativamente mal conhecidos pela opinião pública, em particular no que respeitava à sua verdadeira dimensão quantitativa.

Tal situação veio a ser clarificada posteriormente, em parte devido a estudos realizados nos próprios países receptores. O mapa II (Carmina Cavaco, 1979) apresenta uma substancial modificação dos espaços de emigração, reflectindo simultaneamente a diferença de concepção da latitude do Estado Português.

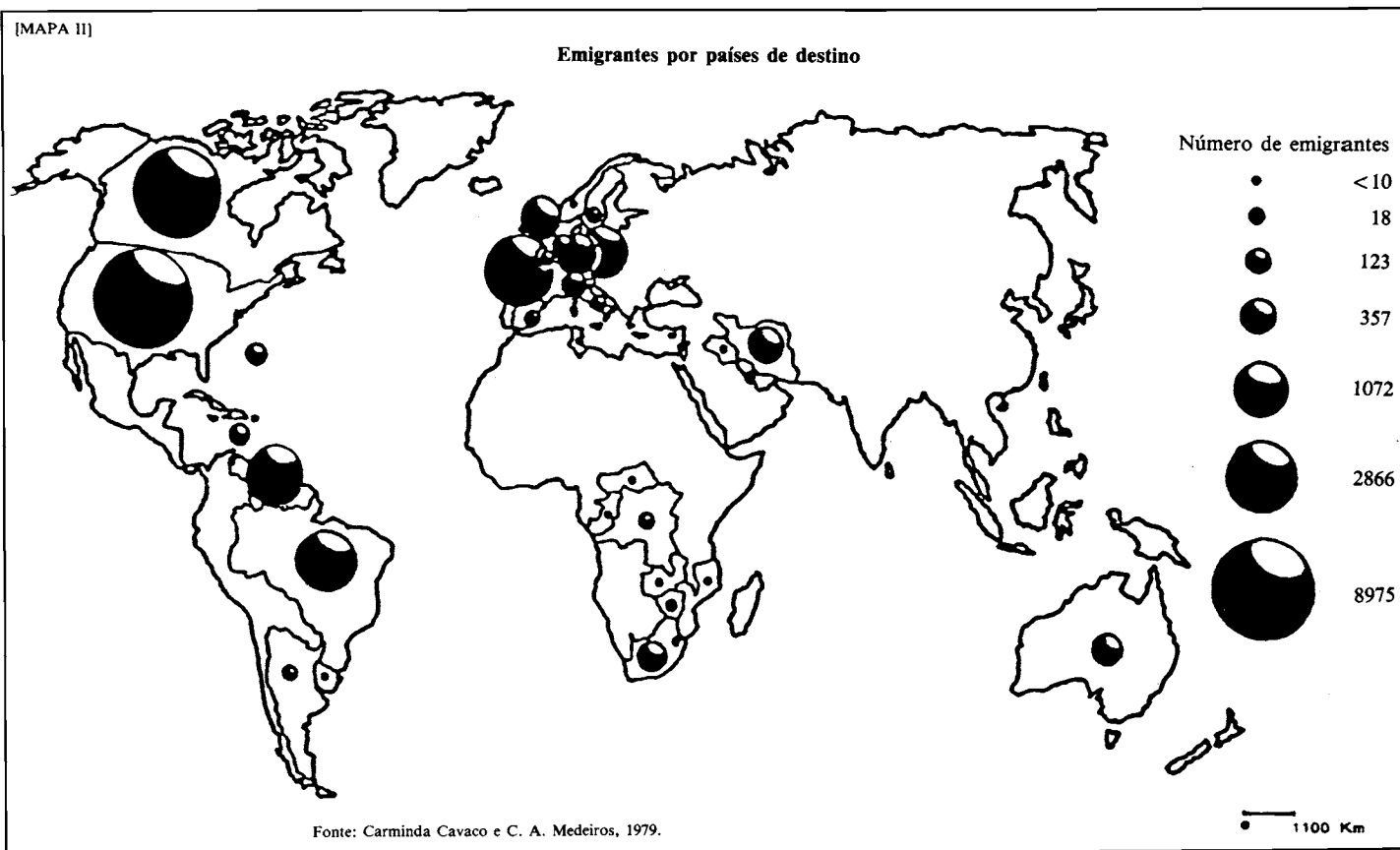
Nos dias de hoje, reduzido o País à sua dimensão europeia de antes dos Descobrimentos, instituiu-se a tendência para um conceito alargado de nação, de fronteiras não coincidentes com as do Estado, mas antes abrangendo as comunidades portuguesas espalhadas por muitos países do mundo. Este tipo de conceptualização já vinha, aliás, de época anterior, podendo considerar-se ter tido início em 1964, com a realização em Lisboa do 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas.

A distribuição das populações estimadas dos vários núcleos de fixação no estrangeiro é apresentada em anexo, no quadro B.

Quanto às possíveis classificações dessas comunidades de portugueses e de luso-descendentes, elas podem basear-se na distribuição geográfica por continentes; na cronologia dos fluxos emigratórios, separáveis em tradicionais, modernos e novíssimos; em continentais ou transatlânticas (o que está longe de ser uma classificação completa); ou ainda com base em outros parâmetros, como, por exemplo, a caracterização étnica ou linguística dos países receptores. No entanto, prevaleceu e tem tendência a instituir-se uma classificação dicotómica em que se distinguem as emigrações (e as respectivas comunidades) para a Europa daquelas que se referem ao resto do mundo.

A separação não é arbitrária: alguma fundamentação existe na distinção entre um espaço próximo, com relativa facilidade e rapidez de comunicação, e todos os outros continentes, mais afastados tanto do ponto de vista geográfico, como social e político. Também pode decorrer destas próprias diferenças a possível transitoriedade da estada em terra estrangeira, mais provável de se verificar no espaço europeu, em contraposição aos outros destinos, em princípio mais favoráveis a fixações definitivas. Finalmente, a divisão nestes dois blocos tem o mérito de separar os dois maiores países receptores da emigração portuguesa (a França e o Brasil), que igualmente tipificam duas diferentes fases da nossa diáspora.

A lógica desta partição é retomada, por exemplo, na actual distribuição dos círculos eleitorais para efeito de eleição de deputados à Assembleia da República, segundo a qual os eleitores residentes fora do território nacional são agrupados em dois círculos, um abrangendo todo o território dos



países europeus e outro o dos demais países e o território de Macau (Lei n.º 95-C/76, de 30 de Janeiro).

Em nota final refira-se que a designação de «comunidades portuguesas», se bem que carente de rigor do ponto de vista sociológico, desempenha uma função operacional favorável à conceptualização que lhe está associada, pelo que deve ser tomada como expressão abreviada de uma realidade complexa, multiforme e em evolução continuada.

II — COMUNIDADES PORTUGUESAS NA EUROPA E NO RESTO DO MUNDO: PARADIGMAS DE DIFERENÇA

As diferenças essenciais que hoje se podem observar entre comunidades com implantação geográfica diversa decorrem, numa análise abreviada e simplificada, de três parâmetros distintos, relativos à situação de cada país receptor de emigrantes portugueses:

Data de início da corrente migratória e sua duração;
Separação geográfica entre origem e destino da corrente;
Caracterização demográfica e económica do país receptor.

O primeiro parâmetro é puramente temporal; o segundo é espacial, com implicação no foro psicológico; o terceiro é de natureza social, com consequências no plano político.

Neste quadro de análise, e atendo-nos apenas aos casos paradigmáticos, a emigração para a Europa é novíssima em comparação com as várias correntes transoceânicas; para estas últimas, as distâncias físicas a transpor são consideráveis e eram-no muito mais, em termos de tempo consumido e de dificuldades a vencer no trajecto, antes da trivialização das viagens aéreas. Ainda, à Europa dos países receptores de hoje, com fortes densidades populacionais e relativa homogeneidade regional de desenvolvimentos, contrapõem-se os grandes espaços nacionais de outros continentes, com fortes assimetrias de povoamento e disparidades de desenvolvimento tecnológico e económico, que criam gradientes traduzidos por oportunidades acrescidas. Naturalmente, diferem também as políticas de imigração praticadas na Europa e no resto do mundo (que se traduzem igualmente em políticas de fixação demográfica), podendo considerar-se «fechadas» no caso europeu e (ainda) «abertas» e «integrantes» no resto do mundo, ou seja: para estes últimos países que aceitam imigrantes, sujeitos embora a condicionalismos de idade, situação familiar ou qualificação profissional, manifesta-se genericamente a intenção política de absorvê-los num novo espaço nacional e de cidadania. Não foi, obviamente, essa a política dos países receptores europeus, para os quais seria ideal a solução de recursos à mão-de-obra estrangeira durante os períodos de expansão económica, sem terem de assumir *ad infinitum* os encargos de um acréscimo de população em épocas de retracção ou crise.

Quanto às características das próprias comunidades, é dominante a variável temporal nos casos das mais antigas correntes emigratórias, de que

tomamos como exemplos típicos os casos da emigração para o Brasil e para os Estados Unidos da América: no primeiro sobrepuseram-se gerações sucessivas de luso-descendentes à realimentação continuada e significativa de novos emigrantes, num afluxo que durou séculos e iniciado com o esforço de colonização e povoamento. Menos antiga, a fixação de portugueses (e, sobretudo, dos ilhéus atlânticos) nos Estados Unidos tem mais de um século de existência, do que decorre, igualmente, uma situação institucional das comunidades luso-americanas.

Pelo contrário, no campo dos fluxos contemporâneos, as diferenças entre as comunidades na Europa e as do resto do mundo são determinadas, sobretudo, pelas variáveis de raiz social: demográfica, económica, política, uma vez que o parâmetro temporal as não faz distinguir, nem as razões de distância geográfica são, hoje em dia, suficientemente relevantes.

Assim, ao comparar, por exemplo, as comunidades portuguesas em França, na Alemanha e no Luxemburgo com as colónias portuguesas do Canadá, da Venezuela ou da África do Sul, notamos o ponto comum da tendência para a radicação definitiva nos países do resto do mundo, com progressivo afastamento de relações sociais, de investimento e de participação com a terra de origem, enquanto aqueles tipos de ligação têm mostrado tendência para se manter no caso das comunidades da Europa. A diferença é ainda mais notória no plano quantitativo do que na qualidade e natureza dessas interacções: abrangem uma grande parte dos migrantes intra-europeus, «democratizados» por uma relativa homogeneidade de estatutos e de situações; resumem-se a iniciativas mais individualizadas, mais organizadas, mais elitizadas, mais em nome de instituições ou de posições sociais salientes, no caso das comunidades extra-europeias.

As duas diferenças significativas que apontámos (no nível da interacção com Portugal, traduzindo tendências para retorno ou para radicação no estrangeiro; na homogeneidade, ou não, dos níveis de sucesso individual atingidos) acabam por traduzir uma distinção mais subtil entre as realidades migratórias para dentro e para fora da Europa. Referimo-nos ao escalonamento, ou amplitude, na hierarquia das oportunidades que se oferecem ao trabalhador migrante.

Note-se que, salvo algumas especificidades regionais de origens, é a mesma massa populacional, economicamente desfavorecida e herdeira dos mesmos condicionalismos e carências educacionais que emigra para umas e outras partes do mundo. Porém, as oportunidades «europeias» para acesso ao mercado de trabalho estão conotadas com funções localmente desqualificadas; são árduas as condições para especialização ou para promoção, *a priori* desfavoráveis para os estrangeiros; há restrições ao direito de estabelecimento, ao exercício de profissões por conta própria, ao desempenho de chefias. Não significa isto que fiquem comprometidos os objectivos de cariz económico que levaram os Portugueses a emigrar para os países da Europa: apenas que o seu sucesso está, em geral, limitado quantitativamente e mais alongado o percurso para o atingir. No espaço complementar que definimos, em países com menor peso histórico no seu processo evolutivo, com ritmos de desenvolvimento menos estabilizados e regionalmente mais irregulares e caracterizados em geral por mobilidades profissionais e sociais muito elevadas, os sucessos são menos uniformes, havendo lugar a progressões muito rápidas (bem como, naturalmente, a

degressões possíveis); hierarquizam-se assim estatutos, posses, cargos, posições.

Se fosse possível quantificar a distribuição da riqueza acumulada, ou a do estatuto social conseguido, pelos membros de cada uma das várias comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro, estamos convictos de que o caso europeu se manifestaria por uma menor diferença entre a média e o pico da distribuição daquelas variáveis, contrariamente ao que aconteceria para o caso das comunidades no resto do mundo. Esta seria uma consequência visível da oportunidade de uniformidades de baixo potencial na primeira área geográfica indicada e de um espectro alargado de esperanças viáveis para a restante.

A democratização dos sucessos na Europa, contrapõe-se, assim, à emergência do poder individualizado no resto do mundo.

III — QUESTÕES DO PLANO LINGUÍSTICO

Em termos puramente operacionais, e em relação à problemática do português como língua, é útil distinguir as localizações geográficas onde esta é simultaneamente língua materna da maioria da população, língua oficial e primeira língua no sistema educativo; outras, onde o português é língua oficial e primeira língua, sem que seja, na generalidade, a língua materna dos vários grupos étnico-culturais; as situações de língua oficial, outras, onde o português apenas seja utilizado por minorias desta ascendência; finalmente, as situações em que o português desapareceu como língua viva, mantendo embora traços vestigiais no contexto cultural local.

Característicos da primeira categoria são Portugal e o Brasil, a despeito de variações dialectais com circunscrição nacional, regional ou local e não esquecendo ainda os domínios geográficos de implantação de línguas com origens radicalmente diferentes que remanescem em certas zonas do Brasil. Típicos exemplos da segunda categoria são os casos de Angola e Moçambique, onde o português é a língua oficial (e também veicular interlinguística), embora possa não ser língua materna para muitos dos grupos étnicos desses países.

O português é língua de minorias em comunidades constituídas por pessoas desta origem e seus descendentes, implantados em países estrangeiros, quer elas se tenham constituído por via de um processo imigratório, quer em resultado da perda de soberania, ou abandono de permanência por parte do Estado Português. Em qualquer dos casos, esse idioma só é conhecido e usado quando seja comparativamente recente o processo de imersão na cultura maioritária dominante (terceira situação indicada); no caso contrário, a língua pode ter-se perdido quase por completo, dela restando talvez apenas alguns vestígios (quarto caso).

1. PORTUGAL E BRASIL

Não é lícito hoje basearmo-nos em razões de prioridade ou precedência histórica para distinguir entre estes dois países no que respeita à sua comum qualidade integral de países de língua portuguesa: nesta matéria é

irrelevante a anterioridade da independência soberana de Portugal, o seu papel de potência povoadora e colonizadora do Brasil, ou as divergências que a língua portuguesa tenha sofrido nas suas duas trajectórias geograficamente separadas pelo Atlântico.

Estas divergências resultam, por um lado, da quase inexistência (pelo menos até muito recentemente) de um esforço bilateral concertado no sentido de disciplinar e unificar as evoluções que esta língua tem vindo a integrar, fruto de influências linguísticas dos seus respectivos vizinhos continentais. Por outro lado, elas advêm, por via endógena, de assimilações e contaminações trazidas, no caso de Portugal, por muitos dos seus emigrantes aculturados em outros países; no Brasil, em razão de imigrações várias, de povos que, em muitos casos, nunca tiveram qualquer espécie de influência linguística em Portugal³. É ainda de considerar o papel das *élites* intelectuais, que são, em parte significativa, responsáveis por popularizações das suas importações culturais e que sofreram elas próprias influências de quadrantes geográficos diferenciados e independentes.

Finalmente, eram já diferentes os próprios dados à partida, tomando esta como a data de separação de soberanias entre Portugal e o Brasil. Neste último coexistiam com a população europeia, nessa época, dois grandes conjuntos populacionais de raiz étnico-cultural não lusíada: o mosaico dos autóctones pré-cabralinos e as populações de origem africana transportadas através do Atlântico durante a vigência da escravatura. Por outro lado, para além dos dados do foro do social e do cultural, não podem ignorar-se as influências de ordem demográfica, ecológica, climatérica, geográfica, etc., que, substancialmente diferentes nos casos de Portugal e do Brasil, diferentemente afectaram o ritmo e a natureza das evoluções linguísticas, sobretudo quando estas se processaram independentemente, como foi o caso.

A despeito de todas as diferenças que se detectem, é a mesma a língua dos dois países: um aferidor do facto é a comparação de expressões escritas, formuladas em igualdade de contexto, quando de proveniências qualificadas, desde a mediamente escolarizada à erudita. As divergências aumentam na expressão verbal de forma mais aparente do que real, devido às efectivas diferenças fonéticas; acentuam-se nas formas coloquiais e na linguagem dos não alfabetizados de um e de outro país.

De qualquer modo, é perfeitamente rigoroso falar de língua portuguesa (como entidade única) nos casos de Portugal e do Brasil; faz sentido, isso sim, mencionar diferenças dialectais, com incidência no plano nacional, tal como não poderemos ignorar as variações que, no interior de cada um dos países, introduzem diferenças nos campos fonético, vocabular, sintáctico e semântico, circunscritos por vezes a planos regionais ou puramente locais.

Obviamente, ficam fora destas considerações as falas não oriundas do português e que apresentam, como é sabido, uma significativa extensão territorial dispersa (mas não numericamente importante) no caso brasileiro.

2. PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA

A independência das antigas colónias de África, efectivada em 1975, deu origem a um conjunto de países (Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) que, não obstante possuírem realidades linguísticas diferenciadas, têm actualmente como ponto comum a opção de assumirem o português como expressão oficial.

A designação «expressão oficial» assume o significado operacional de ser única a língua utilizada pelas várias administrações nacionais, quer no plano interno, quer em relações internacionais; ainda revela a intenção subjacente de manter e desenvolver o ensino da língua portuguesa em todas aquelas nações. Afirma porém, simultaneamente, o conhecimento e a assunção de uma realidade linguística à partida, que se traduz pela diversidade de línguas de origem puramente africana (na maioria dos casos) e que, sendo maternas para conjuntos populacionais de etnias diferenciadas, não devem ser sacrificadas aos objectivos de unidade nacional.

É ainda de referir o caso singular da nação cabo-verdiana, cujo governo entendeu consagrar uma abundante e rica tradição de literatura escrita (para além da expressão oral) em crioulo, atribuindo a esta expressão, maioritariamente derivada do português, mas com características próprias e autónomas, o estatuto de língua cultural nacional.

Ao contrário de Portugal e do Brasil, onde, a despeito de taxas de analfabetismo ainda muito significativas, está assegurada a escolarização das crianças numa língua única, que é igualmente a que caracteriza o «banho cultural» em que estão imersas, o mesmo problema está mais longe de ser resolvido nos países africanos que referimos. Em primeiro lugar, o português não é aí necessariamente a língua materna de muitos dos grupos populacionais, o que define, em muitos casos, a situação educacional como um típico contexto de bilinguismo. Mais grave ainda é a escassez de professores da língua oficial, já que, para além da insuficiência de cobertura da rede escolar assegurada pela antiga potência administradora, parte importante dos agentes de ensino saiu desses países por ocasião da ou imediatamente a seguir à independência.

3. COMUNIDADES DE PORTUGUESES EMIGRADOS E DE LUSO-DESCENDENTES

Em vez de nos limitarmos a uma análise da problemática linguística associada ao processo de nascimento, alargamento e estabilização de uma comunidade de emigrantes portugueses no estrangeiro, podemos enriquecer as nossas conclusões com experiências referentes a outros grupos linguísticos em situação migratória, porventura já estudados com maior extensão e profundidade (Clévy, 1976; Charbit, 1979; Zirotti, 1979; Macedo, 1980; Cummings, 1981; Dolson e Lopez, 1981; Uluhammar e Jakobsson, 1984; etc.)⁴.

⁴ Note-se, em particular, o valiosíssimo conjunto de manuais técnico-pedagógicos editados, na presente década, pelo California State Department of Education para as línguas de origem portuguesa, cantonense, coreana, vietnamita, etc. (Lopez, 1984).

Enumeramos em síntese algumas dessas conclusões, numa perspectiva genérica de migrações internacionais entre espaços com línguas diferentes:

a) *As primeiras gerações*

O emigrante adulto não perde, em geral, o conhecimento da língua materna mesmo que, ao longo de estadas muito prolongadas, alguma fluência seja sacrificada e se verifique uma contaminação de vocabulário e de sotaque;

A aquisição da língua local faz-se, principalmente, por via da linguagem oral do quotidiano, em situações de convivência social e, sobretudo, profissional com a sociedade do país receptor. Para além das facilidades que decorram de algum conhecimento prévio dessa língua, a rapidez do processo da sua aquisição será aumentada pela frequência de cursos *ad hoc*, pela necessidade de utilização predominante e continuada da língua e pela falta de oportunidade de expressão na língua materna;

Constitui poderoso incentivo à aprendizagem a existência (quando ela se verifique) de uma intenção consciente e assumida de integração na sociedade de acolhimento, traduzida por uma procura de mimetização com esta.

b) *Descendentes de emigrantes*

Os filhos dos emigrantes de primeira geração, quando nascidos no estrangeiro ou aí residentes desde antes da sua escolarização, são submetidos a um processo de enculturação que, salvo em raras situações de deliberado resguardo e confinamento ao estrito âmbito social e cultural da comunidade, conduz à efectiva adopção da língua local como primeira língua;

No caso mais geral acima indicado, os vários graus possíveis de conhecimento, familiaridade e utilização da língua materna dos pais dependem: da imposição desta como linguagem de comunicação única no quadro familiar; de qual a língua utilizada predominantemente nos espaços de convívio comunitário; da existência de ensino formal em escolas e cursos na língua de origem;

Igualmente o aperfeiçoamento de domínio desse idioma é função crescente da frequência e duração de estadas no país de origem dos pais;

Em síntese, pode afirmar-se que a língua dominante (primeira) é a de acolhimento; e que o grau de domínio e a frequência de utilização da dos pais resultam apenas do esforço e da compulsão destes e dos meios e oportunidades que para esse fim a comunidade tenha sido capaz de mobilizar.

c) *As gerações de ordem superior*

Será raro que o tipo de compulsões antes referido, no sentido de não deixar que os descendentes de emigrantes percam o contacto com o idioma de origem, possa atravessar sem enfraquecimento exponencial a sucessão das gerações. As excepções acauteladas englobam os

casos de concentração étnico-cultural em regime de fecho hermético (situações de gueto); ainda aqueles em que exista uma fortíssima força coesiva de raiz puramente endógena, em geral de carácter religioso. Nenhuma destas situações se verifica para as comunidades portuguesas no estrangeiro;

Pela razão de ordem geral indicada, os casos de procura de ligação à língua da herança cultural aparecerão apenas pontualmente, mais como fenómenos individuais do que colectivos. No entanto, a sua probabilidade de ocorrência aumenta com a antiguidade de implantação dessa comunidade e descendentes (por ter ganho carácter «histórico»); está também obviamente ligada à imagem e proeminência de que gozem os seus membros mais destacados;

A motivação para estas iniciativas de apropriação da «língua dos antepassados» não obedece à consideração de carácter utilitário, mas a razões de prestígio com raiz essencialmente afectiva.

Os casos que indicámos têm apenas uma função paradigmática: na circunstância real do terreno coexistem todas as soluções, com todos os matices possíveis, resultantes de posicionamentos intermédios ou de solicitações divergentes. Um destes, apenas referido de passagem, é o dos emigrados muito jovens, que combinam em si traços característicos, tanto da primeira como da segunda geração de migrantes.

4. OUTRAS COMUNIDADES DE ASCENDÊNCIA PORTUGUESA

Não é essencialmente diferente do caso das comunidades emigradas o daquelas que constituem remanescentes de uma ocupação e soberania portuguesa em antigos territórios do Império e transferidos (em geral sob forma unilateral) para a soberania de outro país. Não se trata, portanto, de um processo de independência autodeterminada, em que as populações locais passem a gerir autonomamente os seus próprios destinos (como o Brasil e os países de África que recentemente alcançaram a sua independência), mas sim de processos de anexação por terceiros. Nos tempos actuais, os exemplos mais característicos são Goa e restantes territórios da península do Indostão, hoje integrados na União Indiana; Timor Leste, ocupado militarmente pela Indonésia; Macau, apenas dependente de Portugal no plano administrativo e a integrar proximamente na República Popular da China (1999).

Salvo este último exemplo, em que o processo de transferência de soberania não assumiu carácter abertamente conflitual, segue-se à anexação um processo drástico de tentativa de corte de raízes culturais, destinado a fazer esquecer o ordenamento político e social anteriores.

O caso de Goa mostra que bastou um quarto de século de não funcionamento de escolas de e em língua portuguesa para que só elementos da classe etária acima dos 40 anos falem ou compreendam o português. Se a mesma situação se mantiver, ao fim de mais algumas décadas, essa língua estará aí completamente extinta, dela restando apenas a sobrevivência onomástica e toponímica; e ainda algumas poucas centenas de vocábulos liga-

dos a designações do quotidiano que, pela sua frequência e especialização, se infiltraram na língua dominante em formas puras ou híbridas⁵.

É, afinal, o mesmo tipo de vestígio que se encontra em outras regiões do globo onde os Portugueses outrora se radicaram, sem que essa presença se tivesse, desde então, realimentado: na Flandres, na China, no Havai, na Malásia, para citar apenas alguns exemplos paradigmáticos (ver, por exemplo, Lindley Cintra, 1982).

5. QUESTÕES POLÍTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Do que anteriormente se expôs se infere que o português é já uma das grandes línguas universais: falam-no os portugueses do continente e das regiões autónomas da Madeira e dos Açores; o Brasil; os países africanos de expressão oficial portuguesa; inúmeras comunidades de emigrantes e seus descendentes espalhados por todo o mundo; ainda, residualmente, em Macau, na Índia e em Timor. O português deixou também vestígios da sua influência em várias outras regiões do globo.

Do balanço de todas estas populações, e tendo em conta a sua previsível expansão demográfica, resulta que o português consolidará, nas próximas décadas, o lugar de quinta língua mais falada no mundo, com tendência para melhorar ainda essa posição.

Deste facto decorre uma responsabilidade particular para os governos das nações irmanadas por este traço de união, já que é delas todas (e não apenas da nossa, onde o português é há mais tempo falado) o dever de incentivar o uso, garantir a defesa e promover a difusão da língua comum.

É uma posição política de alcance transcendente: assim o compreendem os responsáveis dos países que precisamente mais tarde chegaram à plena soberania, ao desenvolverem um esforço diplomático concertado para impor o uso do português como uma das línguas de trabalho nas mais alargadas instâncias e organizações internacionais.

Não basta, no entanto, o esforço cooperativo que esta comunidade linguística de países leve a efeito, dentro de cada um dos seus espaços nacionais e por intervenção bi ou multilateral, no sentido de alargar a escolarização, diminuir o analfabetismo, aprofundar o domínio da expressão verbal e escrita, estimular a criação literária. Efectivamente, e para além da obrigação de proporcionar condições de aprendizagem e oportunidades para utilização da língua pátria aos nacionais emigrados e seus descendentes, outras necessidades advêm da intenção de conquistar o estatuto de grande língua universal: a primeira destas é a criação de condições e o estímulo das motivações para que pessoas de outros países e de outras zonas linguísticas aprendam, utilizem, estudem e ensinem o português.

⁵ Diga-se, em abono da verdade, que a União Indiana manifestou algum escrúpulo na manutenção de vestígios culturais de raiz material, conservando e restaurando monumentos e igrejas e mantendo abertos museus, bibliotecas e arquivos que possuem um riquíssimo espólio documental da presença portuguesa na Índia. Julgamos que se impõe um esforço diplomático intenso e urgente para que, passada a «necessidade» política de apagar a cultura portuguesa, esta possa ser restaurada, mesmo que esse restauro seja apropriado pelas autoridades locais.

Dito de outro modo, quase tão importante como a aprendizagem da língua própria é o garantir que sejam muitos e de várias nacionalidades os que a aprendam como língua estrangeira. Só do desenvolvimento e do progresso dessa situação poderão advir outros dos requisitos que indicámos existirem para uma língua que se quer dotar de um estatuto de privilégio: o de ser ela, correntemente, conhecida de pessoas com variadas origens nacionais; a de estar presente em manifestações artísticas, intelectuais ou científicas de prestígio; a de contribuir, no plano vocabular, para o enriquecimento de outras línguas ou de linguagens de especialidade.

Tratando-se de uma perspectiva de longo prazo, devem os referidos objectivos ser considerados orientadores tendenciais para a elaboração de políticas nacionais compatíveis e de uma política comum de empenhamento multilateral, baseada em confiança mútua e leal cooperação.

No caso português é essencial que seja ultrapassado um certo tipo de provincianismo, segundo o qual, uma suposta necessidade de manter a Língua portuguesa, aqui e em toda a parte, idêntica à que hoje se fala e escreve em Portugal nos obrigaria a condenar todas as suas variações dialectais, inevitáveis no espaço alargado da sua implantação, e até a negar a inevitabilidade de uma dinâmica da evolução que sempre tem caracterizado a língua portuguesa.

O mesmo tipo de arrogância (ou de simples falta de realismo) conduzir-nos-ia a postular que só as pessoas de nacionalidade portuguesa, ou em Portugal para esse fim integralmente formadas, seriam suficientemente qualificadas para ensinar a Língua, considerada como sua propriedade exclusiva, em vez de património de um espaço linguístico multinacional.

Em nome desse radicalismo se recusam sotaques aqui não canónicos e vocábulos que noutros espaços são correntes e quiçá vernaculares, sob pretexto do seu não uso no nosso território, e se rejeitam, por razões mais emocionais do que técnicas, os esforços desenvolvidos com o intuito de uma unificação ortográfica.

Antes de analisar os modos e as formas de pôr em prática uma política do tipo da que enunciámos, permitimo-nos sintetizá-la deste modo: definida como objectivo prioritário para a língua portuguesa a aquisição do estatuto de grande língua universal, não apenas em número de falantes, mas também na frequência da sua utilização, é necessário delegar em professores de quaisquer nacionalidades e de quaisquer origens linguísticas o encargo de alargar o número dos que conheçam, com qualquer grau de profundidade, a nossa língua.

6. QUESTÕES DE ORDEM TÉCNICA PARA A DEFESA E EXPANSÃO DA LÍNGUA

6.1 DADOS QUANTITATIVOS

É praticamente impossível, no estado presente dos nossos conhecimentos, fazer uma estimativa segura do número actual de pessoas lusófonas; apenas se podem indicar os números (alguns deles mais resultantes de avaliações inseguras do que de contagens) que constituem o conjunto de populações de Portugal e Brasil, países africanos de expressão oficial portu-

guesa e das comunidades de portugueses e de luso-descendentes. Pelas razões expostas ao longo do presente capítulo, o número de lusófonos será significativamente inferior ao somatório daquelas populações.

Neste pressuposto teremos, em milhões⁶:

Países de língua portuguesa:	Popu- lação
Portugal	9,8
Brasil	92,4
Países africanos de expressão oficial portuguesa:	
Cabo Verde	0,3
Guiné-Bissau	0,5
São Tomé e Príncipe	0,1
Angola	5,7
Moçambique	8,2

Assim, a população dos países indicados representa um total de 117 milhões.

No que respeita às populações das comunidades de ascendência portuguesa no estrangeiro, os números correntemente aceites são (em milhões):

	Popu- lação
França	1,0
África do Sul	0,8
Venezuela	0,6
EUA	0,3
Canadá	0,2
RFA	0,1
Outros	0,3

ou seja, um total de 3,2 milhões, não se contando aqui a muito numerosa colónia portuguesa no Brasil (estimada em 1,2 milhões)⁷, uma vez que ela se encontra já contabilizada na população brasileira.

O somatório de todos os números até agora apresentados daria um total na conta redonda dos 120 milhões, o que colocaria o português como língua de 3,4% da população mundial e com o quinto lugar entre as línguas mais faladas. Como se verá, este cálculo não seria correcto, mas é susceptível de uma crítica orientadora no sentido de uma maior precisão.

Assim, pode considerar-se que a esmagadora maioria dos cerca de 102 milhões da população de Portugal e Brasil são, e continuarão a ser, lusófonos. Dos cerca de 14 milhões de pessoas dos países africanos referidos, só uma parte (neste momento insuficientemente determinada) falará portu-

⁶ Ver, por exemplo: Alarcão, 1978; Lindley Cintra, 1981; Nazareth, 1984.

⁷ Aliás, este número é particularmente difícil de estimar, pois que, devido à identidade de língua, aquela comunidade torna-se «indiscernível» da sociedade de acolhimento (João Alves das Neves, 1983).

guês; mas a adopção desta língua como oficial tenderá a tornar crescente o número de lusófonos com o decorrer do tempo.

Quanto às populações das comunidades portuguesas no estrangeiro (ainda excluindo o caso do Brasil), são particularmente significativas aquelas onde a emigração é mais recente, contando ainda com uma percentagem muito importante de primeiras gerações que falam a língua pátria. Infelizmente, e a menos de uma realimentação de novos emigrantes, o número de lusófonos tenderá a decrescer com a sucessão de novas e novas gerações.

Em síntese, e sem ter em conta a evolução puramente demográfica (que se prevê vir a atingir taxas relativamente altas), poderemos tomar como estimativa dos actuais lusófonos um número compreendido entre 100 e 110 milhões, com tendência para crescer.

6.2 MEIOS E INSTRUMENTOS

Deixando de lado aspectos de qualidade de ensino, pelo menos de momento, encaremos o problema dos meios necessários à satisfação das questões de «cobertura» do ensino do Português em Portugal, no Brasil, nos países de África, na Europa e no resto do mundo.

A experiência de muitos e variados contextos bi ou multilingues mostrou que, para as crianças, é dominante a influência do banho cultural e linguístico em que estão mergulhadas (Lambert, s. d.); que só uma escolarização prolongada e continuada em língua outra, acompanhada de um forte enquadramento familiar e social de falantes dessa última, conferem oportunidade de aquisição firme da língua excêntrica, conduzindo a situações de bilinguismo com igualdade de fluência. É óbvio que o esforço financeiro de lançamento de estruturas e de mobilização de meios humanos suficientemente qualificados, necessário para satisfazer os requisitos de escolarização acima indicados para a plêiade de núcleos e de comunidades portuguesas dispersas por todo o mundo, não está, nem poderá vir a estar, ao alcance de uma nação com as dimensões demográfica e económica de Portugal. Não querendo esta afirmação significar uma posição de negativismo (pois todo o esforço que se faça terá sempre algum resultado, por pobre que seja), lembramos que o postulado do dever ser garantida uma escolarização *continuada* implica não ser suficiente para este fim a existência de cursos que não ultrapassem o ensino primário.

Desta forma, se os estudos proporcionados em português às nossas comunidades no estrangeiro não atingirem classes etárias para além dos 10 anos, os conhecimentos de língua adquiridos serão quase totalmente perdidos ao fim de muito poucos anos.

A única alternativa a este aparente beco sem saída é a tentativa de institucionalizar a disciplina de ensino de Português como língua *estrangeira* (segunda ou terceira língua) ao nível dos estudos secundários; ensino este a assegurar, não por professores da nacionalidade (isto é, portugueses ou brasileiros), mas sim por naturais dos próprios países de inserção das comunidades.

Esta estratégia, que terá de ser implementada por via de paciente negociação diplomática e pela própria pressão interna de *lobbies* constituídos nas comunidades, não visa apenas viabilizar financeiramente o ensino do

Português (neste caso, como encargo trivial do sistema educativo local), mas também retirar ao ensino do Português o estigma de «língua de minorias»⁸.

Note-se ainda que só a aprendizagem de uma língua estrangeira ao nível do ensino secundário confere oportunidade para o prosseguimento de estudos superiores na mesma matéria, dando origem à formação de licenciados, com a possível vocação de serem realimentados futuramente no sistema educativo como professores dessa mesma língua. É unicamente através de um tal mecanismo de multiplicação que se poderá verificar uma progressiva expansão do ensino do Português no estrangeiro, tocando não só os luso-descendentes, mas também pessoas da cepa local.

Mesmo assim, para que um processo deste tipo possa arrancar e continuar o seu movimento em espiral alargada, é necessário ultrapassar um limiar numérico crítico de professores do ensino secundário, leitores e professores universitários em matéria de ensino do Português. É claro que os recursos humanos disponíveis em Portugal não chegam sequer para atingir aquele nível crítico: por isso, e por muito que pese a um certo espírito nacional de arrogante auto-suficiência, o sucesso desta estratégia passa pela colaboração necessária de todas as nações onde se fala o português.

Senão, vejamos qual a situação presente:

Número de leitorados portugueses no estrangeiro ...	79
Na Europa	66
No resto do mundo	13

No entanto, um exame mais atento mostraria que só 47 dos leitorados na Europa se encontram em países com comunidades de portugueses de dimensão significativa (arbitrariamente, 50 000 pessoas ou mais) e que no resto do mundo só 6 leitorados servem comunidades de dimensão significativa, aliás todas situadas nos Estados Unidos da América.

A conclusão a tirar é que a escolha dos locais de implantação dos leitorados nada teve que ver com o tipo de estratégia que enunciámos, nem com a localização e a dimensão relativa das nossas comunidades no estrangeiro.

No que respeita aos outros graus de ensino, a enorme diversidade de situações obriga a um esforço prévio de classificação, que pode parecer baseado em parâmetros algo arbitrários, mas que são afinal impostos pela maneira como as estatísticas existentes nos são apresentadas. Assim, há a distinguir entre:

- (A) Cursos inteiramente ministrados em português;
- Cursos ministrados na língua local, mas incluindo disciplinas de língua e cultura portuguesas;
- Cursos em regime de ensino bilingue (língua local/língua portuguesa).

⁸ Trata-se de um problema de raiz eminentemente psicossocial: mesmo em Portugal, note-se que o Francês e o Inglês são línguas ensinadas por professores portugueses, mas o Arménio por um professor dessa origem.

Outra classificação diz respeito ao enquadramento institucional da escola onde aquele ensino se processa:

(B) Escola oficial integrada no sistema educativo local;

Escola dependente das autoridades portuguesas e pelas mesmas financiada;

Escola privada, beneficiando eventualmente de subsídios dos governos locais e/ou do Governo Português. Esta categoria engloba o caso, de objectivos menos ambiciosos, onde a «escola» se resume à classe onde o Português é ensinado.

Infelizmente, as categorias de classificação (A) e (B) não são disjuntas nem coincidentes, pelo que as estatísticas nelas baseadas não são passíveis de ser comparadas ou de serem somados os seus números de alunos, o que impede um cômputo correcto da população escolar que no estrangeiro tem acesso a este ensino. Com esta ressalva, os quadros seguintes procuram resumir a situação quantitativa, com base em estatísticas relativas ao ano lectivo de 1983-84.

O quadro n.º 1 (Europa) destina-se a servir de base de comparação com o que se passa no resto do mundo (quadro n.º 2).

Ensino básico e secundário na Europa

[QUADRO N.º 1]

País	Ensino oficial ou equiparado				
	Número de alunos		Número de cursos	Número de professores	Número de cursos
	Ensino básico	Ensino secundário			
França.....	49 930	17 861	2 637	682	81
RFA.....	8 759	3 928	710	169	4
Luxemburgo .	3 625	360	196	33	1
Inglaterra . . .	925	159	59	15	—
Holanda	781	307	20	27	—
Bélgica	636	154	53	11	—
Outros (a)	676	(b)	34	52	—
Totais . . .	65 332	22 769	3 709	989	101

Fonte: quadro constituído a partir de dados constantes de *Números Relativos aos Cursos de Cultura e Língua Portuguesa no Estrangeiro 1983-84*, Ministério da Educação, Lisboa.

(a) Espanha, Itália, Suíça, Dinamarca, Noruega e Suécia.

(b) Presumindo que todos os cursos particulares são de ensino básico.

Tendo em atenção as classificações que fizemos a anteceder os quadros n.ºs 1 e 2, podemos concluir que os números apresentados estão longe de clarificar completamente a situação. Na verdade, aqueles números referem-se apenas a situações escolares nas quais se verifica uma directa interferência das autoridades portuguesas, através da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas ou do Ministério da Educação: cursos ou professores pagos ou subsidiados pelo Governo Português, eventualmente em resultado de acordos culturais no domínio do ensino, envolvendo países onde o sistema educativo é centralizado, como acontece na Europa.

Passam portanto fora do controlo do aparelho estatístico nacional os números de alunos matriculados na disciplina de Português (língua estrangeira) em qualquer país onde ela possa fazer parte dos *curricula* do ensino secundário oficial; não estão igualmente contabilizados os cursos de ensino básico bilingue oficial nos Estados Unidos (nomeadamente no estado da Califórnia)⁹, nem quaisquer cursos oficiais do espaço canadiano.

Ensino básico e secundário no resto do mundo

[QUADRO N.º 2]

País	Ensino particular				Ensino oficial
	Alunos		Cursos	Professores	Cursos
	Básico	Secundário			
Canadá.....	6 244	1 325	96	321	?
EUA.....	5 033	67	93	157	?
África do Sul.....	2 811	482	69	105	28
Austrália.....	707	57	32	31	—
Venezuela.....	686	218	22	31	—
Bermudas.....	84	—	2	1	—
Argentina.....	76	—	4	8	—

Nota — Não foram considerados países onde o ensino do Português não tem dimensão significativa (embora possa ser pontualmente muito importante).

No entanto, pode tirar-se de imediato a conclusão da modéstia dos números de professores, cursos e alunos, em comparação com a real dimensão das comunidades radicadas em cada país; reforça-se a nossa afirmação anterior de que é provavelmente estéril o esforço financeiro levado a cabo pelas autoridades portuguesas no apoio ao ensino básico; e que existe necessidade absoluta de incentivar a criação de disciplinas de Português no ensino secundário oficial de todos os países onde existam comunidades de dimensão significativa.

6.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁCTICOS

Se continuarmos a tirar consequências da estratégia que rapidamente foi delineada, pode concluir-se que a opção de recorrer a professores de outras origens nacionais e de outras línguas maternas, para que nos seus respectivos países o Português possa ser ensinado a crescente número de estudantes do ensino secundário como língua estrangeira, encerra duas principais dificuldades de ordem prática.

A primeira respeita à própria formação desses professores, que terá sido iniciada e completada fora do contexto cultural e linguístico próprio

⁹ O Office of Bilingual Bicultural Education, do California State Department of Education, preparou na Primavera de 1980 uma lista das escolas públicas do estado onde existam 10 ou mais alunos de língua materna portuguesa, justificando a abertura de classes bilingues segundo a legislação desse estado. Da lista constam 338 escolas, onde recebem ensino bilingue cerca de 5000 crianças de origem portuguesa.

do português. Assim, por muito qualificado que seja o departamento universitário responsável por essa formação, ela apresentará deficiências que só podem ser colmatadas por uma imersão completa em meio linguístico lusófono. O papel dos países que se empenham em que o português se transforme em grande língua universal (e, dentre estes, principalmente Portugal e o Brasil, dada a solidez da sua capacidade de enquadramento organizado) será o de proporcionar estágios de formação, cursos de Verão ao nível de sensibilização ou de aprofundamento, ou a frequência de outras quaisquer actividades formativas de maior duração, particularmente destinadas a esses professores estrangeiros. Em princípio, os custos destas estadas não incumbem aos governos português ou brasileiro, mas sim aos dos países onde vão ou estão a leccionar, salvo no que respeita a um número restrito de bolsas de estudo, atribuídas com finalidade estimulante e por simples razões de prestígio.

Em resumo, o encargo principal traduz-se no plano organizativo e de enquadramento dessas actividades de formação.

A segunda dificuldade respeita à quase inexistência de uma produção didáctica de qualidade (livros e outros documentos escritos ou icónicos, registos áudio e vídeo) destinada a enquadrar, motivar e animar as aulas de Português que aqueles professores irão leccionar; estas carências respeitam tanto à produção em Portugal (que, além de escassa, não é concebida para contextos culturais estrangeiros, nem foi pedagogicamente orientada para ensino como segunda ou terceira língua), como a produções locais dos países onde se ensina o Português como língua estrangeira, agora por razões de falta de acesso a material autêntico que permita ilustrar e contextualizar os conteúdos desses materiais didácticos.

O papel de Portugal e do Brasil e também dos outros países lusófonos no colmatar desta carência é a incentivação de produções próprias, no que respeita tanto a materiais para ensino do Português como língua estrangeira, como ainda a outros de cariz menos específico, mas culturalmente mais aberto, como obras literárias, descrições e estudos geográficos, históricos e sociais, imagens, imprensa, registos de rádio e de televisão, etc., susceptíveis de serem directamente usados em classe no estrangeiro, ou de serem integrados em material didáctico aí produzido. De qualquer modo, as produções locais terão sempre de dominar no seu uso em aula, em relação às que possam ser importadas dos países lusófonos, porque estarão muito mais adaptadas aos contextos e realidades quotidianas da população discente.

Ainda no campo prático, este esforço terá de ser minimamente centralizado em cada um dos países lusófonos e harmonizado entre eles. Competir-lhes-á a inventariação dos organismos educacionais relevantes que funcionam nos países onde as comunidades estão implantadas, reunindo, por outro lado, toda a informação educacional e de natureza pedagógica que esteja disponível em cada um dos países lusófonos. Os bancos de dados assim constituídos seriam uma peça essencial para a troca de informação significativa para o campo do ensino. As instituições com a responsabilidade desse trabalho integrado terão de fazer-se conhecer no estrangeiro, onde quer que a sua intervenção possa ser útil, o que pressupõe um gigantesco esforço de promoção e de difusão da informação relativa à sua própria existência e localização.

IV — QUESTÕES DO FORO ORGANIZATIVO

1. MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS NAS COMUNIDADES

Embora seja conhecida a tendência dos emigrantes para procurarem os mesmos lugares de fixação segundo as suas afinidades regionais ou locais, essa aproximação não é suficiente para ultrapassar os problemas do desenraizamento advindos da mudança de país. Para contrariar os seus efeitos mais negativos, por um lado situados no plano psicológico, por outro relativos a uma eventual necessidade de congregar esforços para atingir objectivos comuns, ou para obter apoios contra adversidades que ocorram no plano material, é natural que se formem, espontaneamente, grupos que mais tarde reconhecem a necessidade de formalizar a sua existência.

A tendência para o associativismo, que, no plano genérico, decorre naturalmente da sociabilidade da espécie humana, encontra expressão concreta no espaço das comunidades portuguesas, assumindo embora formas organizativas muito diversas.

Podemos considerar que, numa primeira fase, qualquer associação tem como motivação inicial a consagração de redes de conhecimentos e amizades já constituídas e que procuram, a partir de então, perpetuar essas relações e, se possível, alargá-las a outros grupos e pessoas. Cria-se assim um espaço de convívio alargado que, em alguns casos, pode constituir o objectivo principal da associação (tornando possível a organização de encontros, de refeições em conjunto, de bailes ou da celebração em comunidade de certas datas festivas).

Para além da simples procura de ocasiões e de condições para um convívio de compatriotas, a dominância de outros interesses colectivos no maior número dos associados, ou na tendência prevalecente dos seus líderes e dirigentes, determinará a realização de outros tipos de actividades. Por exemplo, uma generalidade de preocupações em relação à manutenção da língua materna na geração dos filhos em idade infantil poderá dar origem ao recrutamento de um ou mais professores de ensino básico, criando classes em Português. Se existe uma forte componente de associados adolescentes e jovens adultos do sexo masculino, há uma certa probabilidade de que uma determinada actividade desportiva seja, em seu benefício, lançada e acarinhada; se existe algum equilíbrio entre os dois sexos, uma actividade natural será a da criação de um grupo de dança folclórica.

Merece uma referência especial um diferente tipo de associações, que teve expressão considerável sobretudo depois da revolução portuguesa de 1974, especialmente vocacionadas para uma actividade de debate e de intervenção política. Não é de estranhar esta tendência, se a considerarmos como uma espécie de válvula de escape para um tipo de actividade que até então era fortemente limitado e severamente reprimido em Portugal.

De objectivos restritos ou com actividades muito diversificadas; representando um «corte» transversal de todos os estratos, sexos e idades da comunidade, ou só representando determinados grupos específicos; de grande ou de pequena dimensão — qualquer que seja a tipologia das várias associações de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, elas tendem a manifestar o denominador comum de uma afirmação de identidade ligada às suas origens portuguesas. Compreende-se que assim

seja, uma vez que esse traço comum é aquele mais susceptível de ser invocado para justificar a própria existência da associação, imersa numa sociedade com características sociais e culturais diferentes.

A procura de apoios exteriores aos membros da associação pode fazer-se em direcção às estruturas do país receptor, quando para isso existam condições psicológicas e políticas favoráveis; mas é mais natural que esses apoios sejam em primeiro lugar solicitados ao país de origem da comunidade, já que o reconhecimento da mesma é um dos traços distintivos da própria existência da associação.

Quando o Estado Português queira apoiar e fomentar este sentimento de pertença comum, manifestado inequivocamente pelas comunidades e pelos seus líderes, constitui aproximação pragmática o estabelecimento de relações privilegiadas com as associações do estrangeiro, tornando-as uma peça-chave para a instituição de um diálogo permanente com as comunidades (ver «O diálogo instituído», Maria Beatriz Rocha-Trindade, 1984).

Os resultados deste diálogo podem desde já considerar-se positivos, uma vez que permitiram actualizar o inventário das associações portuguesas espalhadas por todo o mundo, conceder-lhes um mínimo de apoios materiais, limitados embora pelas disponibilidades orçamentais e pelo próprio número de instituições envolvidas, e, finalmente, estabelecer mecanismos de representação e de audição dessas comunidades, por via de eleições realizadas no espaço associativo. O quadro n.º 3, elaborado a partir de dados publicados pelo Conselho das Comunidades Portuguesas em 1986, fornece um panorama resumido da distribuição das associações globalmente representadas naquele Conselho, o que constitui uma avaliação por defeito da dimensão total do movimento associativo português no estrangeiro.

Número de associações portuguesas, por países (1986)

[QUADRO N.º 3]

Europa	Número	Total	Resto do mundo	Número	Totais
França	192	385	África do Sul	39	39
Alemanha	120		EUA	30	77
Luxemburgo	30		Canadá	46	
Inglaterra	17		México	1	
Bélgica	13		Brasil	159	183
Suíça	8		Argentina	15	
Outros na Europa ..	5		Venezuela	8	
			Uruguai	1	
			Austrália	9	9

Nota — Contagem para efeitos de representação no Conselho das Comunidades Portuguesas.

2. INSTITUIÇÃO DE FORÇAS ORGANIZADAS

Nem sempre os resultados visados pelos responsáveis do associativismo no seio das comunidades migrantes atingem a dimensão pretendida. Muitas vezes, a extensão alcançada por uma dada associação fica aquém do

número de associados que potencialmente poderiam vir a integrá-la; noutras vezes terá existido uma falta de correspondência entre o volume, diversidade e grandeza dos objectivos sonhados pelos fundadores e os meios materiais e humanos afinal disponíveis para garantir a actividade da vida associativa.

Desta maneira, são relativamente raros os casos de instituição de um organismo capaz de conter em si próprio todos os requisitos e o potencial para se tornar uma verdadeira força de poder multifacetado nos campos económico, social, cultural e, finalmente, político.

Como exemplo da distinção não só em volume de associados e de movimento de recursos financeiros, mas também de verdadeira mudança de escala de poderes formais e informais, comparemos um caso típico de associação numa comunidade da Europa e uma grande instituição como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro¹⁰, ou os seus congéneres de Belém ou de Salvador.

Na primeira situação, e sem necessidade de identificar a associação, podemos descrevê-la como tendo a dimensão de várias centenas de associados, pagando idênticas quotas de valor relativamente modesto; possuindo talvez instalações próprias, provavelmente em regime de aluguer, onde existe um secretariado, uma sala de convívio e, se for essa uma das suas vocações, uma pequena biblioteca com obras doadas por entidades de origem vária. Como actividades típicas contamos a desportiva (frequentemente sob a forma de um clube de futebol amador), a cultural, traduzida pela existência de um grupo folclórico, e, em muitos casos, uma função educacional, que tem expressão na manutenção de classes de ensino em português.

Tirando proveito da duração e profundidade das raízes estabelecidas desde há muito pelos portugueses e seus descendentes radicados no Brasil, têm uma outra escala e dimensão as grandes instituições associativas características da comunidade luso-brasileira.

Em geral fundadas depois da independência (1822), caracterizam-se pela posse de patrimónios materiais próprios de altíssimo valor e de rendimentos e recursos que ultrapassam largamente a simples dimensão das quotizações (embora estas, devido ao grande número de associados, atinjam uma soma considerável) e, finalmente, pela projecção que foram capazes de assumir no seio da sociedade brasileira, constituindo efectivas sedes de poder. O prestígio de que gozam atrai ainda donativos de volume muito significativo, uma vez que o doador se prestigia automaticamente no seio da comunidade e da associação proporcionalmente ao impacto da sua dádiva. Para além deste mecanismo, as grandes instituições associativas do Brasil facultam oportunidades de promoção social de proeminência, tanto no campo individual como colectivo, ao convidarem para os seus quadros directivos figuras já de si prestigiadas e que, por via dessas novas funções, reforçam a posição própria e a da instituição.

Contam-se neste tipo de organismos os gabinetes de leitura, que procuram desempenhar funções típicas de academias de artes e de letras e que, por via das suas ligações às *élites* intelectuais dos estados onde se situam,

têm sido poderosos incentivadores do intercâmbio cultural luso-brasileiro, por vezes no âmbito das suas relações com universidades brasileiras e portuguesas.

No campo da intervenção social, a originária vocação de serviços de mutualidade e benemerência dirigidos aos portugueses fixados no Brasil ultrapassou largamente aquelas metas de tal modo que, por exemplo, a mais moderna grande unidade hospitalar da América Latina é propriedade de uma das mais antigas sociedades beneficentes de São Paulo (Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1859).

No domínio desportivo, além de numerosíssimos clubes ginásticos, bastará a referência a um dos maiores clubes de futebol brasileiro, o Vasco da Gama, do Rio de Janeiro (fundado em 1898), pertença do clube português do mesmo nome.

Atenda-se a que os poucos exemplos apontados são apenas uma pequeníssima parte (embora não a de menor importância) da totalidade do movimento associativo da comunidade luso-brasileira¹¹.

O conhecimento da projecção e actividades das grandes associações no Brasil evidencia o facto de, neste país, as comunidades de portugueses e luso-descendentes terem sabido criar *lobbies* de muito considerável poder, incidindo tanto no seio da sociedade de acolhimento, como estendendo-se até ao próprio país de origem. Atribuímos este facto, por um lado, ao tipo de relação privilegiada que, embora com altos e baixos, sempre se manteve entre Portugal e o Brasil¹², contribuindo para a manutenção de uma «consciência de origem» na comunidade de luso-descendentes; por outro lado, à antiguidade de implantação e continuidade de realimentação daquela corrente migratória que, num país em processo de expansão e desenvolvimento acelerado há mais de um século, criou oportunidades para uma hierarquização de sucessos, fazendo aparecer *élites* no campo económico, social e político, capazes de dinamizar explosivamente o associativismo luso-brasileiro.

É óbvio que idênticas condições se não podem verificar ainda no espaço migratório europeu, onde a emigração (pelo menos com dimensão considerável) é ainda muito recente e as oportunidades de sucesso económico são simultaneamente mais homogeneamente distribuídas, mas mais modestas também. Já nos Estados Unidos, a situação é mais propícia à formação de associações poderosas, devido a uma maior antiguidade de implantação e, de novo, ao escalonamento dos sucessos socioeconómicos no seio das comunidades luso-americanas, com a emergência de uma camada de *élites* afluentes.

¹¹ *O Guia das Associações da América do Sul*, recentemente publicado pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, dá conta da extensão deste movimento: 159 associações em 17 estados (Brasil, pp. 39-75).

¹² Não deve, nesta matéria, esquecer-se o importantíssimo papel dos «brasileiros», emigrantes cujo sucesso económico lhes permitiu voltar a Portugal em situação de grande desafogo e que aqui desenvolveram notável obra benemerente nos campos social e cultural, sem esquecer a importância dos investimentos que realizaram. Mais recentemente, apontamos como facto relevante a dimensão das festividades que no Brasil e em Portugal assinalam o Dia da Comunidade Luso-Brasileira (22 de Abril), bem como o brilho que tem acompanhado qualquer das visitas de Estado realizadas em cada um dos países por governantes do seu simétrico.

No entanto, as preocupações do movimento associativo no espaço americano têm sido principalmente polarizadas para o terreno cultural, numa procura consistente de reforço de uma identidade cultural própria, fortemente ancorada na origem dominante do arquipélago atlântico dos Açores. Assim, são comemoradas as festividades do Espírito Santo e do Senhor Santo Cristo; são incentivadas as visitas às localidades de origem; reciprocamente, são recebidos artistas, entidades oficiais, religiosas e intelectuais açorianos em visita àquelas comunidades. Procuram recriar-se os traços mais característicos da sua herança original: constroem-se impérios, organizam-se espaços de convívio, ressurgem actividades lúdicas, como o canto e a dança regional e a tourada à corda terceirense¹³.

Tem sido muito significativa a acção deste tipo de associações no terreno educacional, nomeadamente pelos esforços desenvolvidos junto das entidades oficiais locais para garantir a existência de ensino em língua portuguesa ou em situação bilingue. A Luso-American Education Foundation, sediada na Califórnia, tem sido particularmente activa neste domínio, promovendo anualmente importantes conferências com a participação de professores de Português de todos os Estados Unidos, de escritores, artistas e intelectuais, especialistas e professores universitários desse e de outros países, além de numerosos convidados oficiais tanto dos Açores como do continente.

Em nossa opinião, a Luso-American Education Foundation, pela dimensão da actividade já desenvolvida, pela qualificação dos seus quadros directivos e, ainda, em razão da sua considerável potência financeira, poderá vir a tornar-se a curto prazo uma grande instituição associativa comparável a uma das suas congéneres brasileiras.

Uma outra estrutura organizada que catalisa esforços, interesses e influência de vária ordem é o Festival Cabrillo, sediado em San Diego, que tem desenvolvido significativo trabalho para que a comunidade portuguesa e Portugal se «apropriem» da imagem pública do navegador, projectando a herança portuguesa para a luz dos projectores de uma das festas mais importantes para o estado da Califórnia. Nessa medida, a comunidade constitui-se em verdadeiro *lobby* consagrado àquele particular fim.

No entanto, podemos interrogar-nos sobre se terá já sido atingido o limite da capacidade de intervenção dos Luso-Americanos na sociedade onde se inserem. Julgamos que não; se atendermos a que, por exemplo, as indústrias atuneira (San Diego) e de lacticínios (Vale de San José) estão nas mãos de membros da comunidade (Hélder Pinho, 1978), bem como muitas agências de viagens, companhias seguradoras, comércio e outros serviços; e ainda que é muito significativa a existência de profissões liberais de prestígio em numerosas concentrações da costa leste — poderemos concluir que este potencial de influência e de intervenção não foi ainda suficientemente aproveitado, pelo menos no que respeita ao seu peso numérico e relevância económica no seio do país americano.

Julgamos que a carência é de tipo organizativo, com alguma falta de pragmatismo em relação a possíveis metas susceptíveis de serem atingidas.

¹³ Um exemplo de espaço polivalente é o do Clube Português de Artesia (Califórnia), integrando grande salão de festas coberto, cozinha e bar, parque de jogos, império, coreto, praça de touros e parque de estacionamento próprio.

Na realidade, com as excepções que já referimos, o movimento associativo ainda não se organizou em termos de exercício de poder. Uma solução para tal seria a da criação de organismos do tipo *business association*, em que a presença de cada associado é traduzida pelo correspondente *chiffre d'affaires*, representando tal associação o peso somado do valor económico das suas actividades em conjunto.

As vantagens de uma solução deste tipo são decorrentes daquele peso conjunto, certamente relevante na economia de um Estado, possibilitando intervenções de vária ordem junto dos poderes constituídos; ao contrário da solução presente, em que a fragmentação dos interesses impede a concertação de uma voz única, condição essencial à existência de um *lobby* suficientemente poderoso, como os já constituídos por comunidades de outras origens étnicas.

Intermédio entre o caso europeu e o americano é o de comunidades de implantação relativamente recente, de forte dimensão, em países com oportunidades de tipo «aberto»: destes citamos o Canadá, a Venezuela e a África do Sul. A evolução dos correspondentes movimentos associativos poderá dar indicações sobre as respectivas tendências, neste momento difíceis de antecipar.

3. RELAÇÕES COM PORTUGAL

No âmbito do presente capítulo, apenas consideraremos em pormenor as relações que os emigrantes estabelecem com Portugal, quando em resultado de iniciativas organizadas, ou quando algum tipo de organização devesse ser previsto para melhor rendibilizar ou mais facilmente estabelecer os intercâmbios que se originam, afinal, por intermédio de acções individualizadas.

Tomemos como exemplo a problemática da aplicação dos aforros conseguidos pelos emigrantes. Trata-se de uma questão que é do foro individual, dependendo cada caso de opções tomadas em relação à alternativa entre melhoria de nível de vida, com aumento de consumos, e a restrição dos mesmos, com vista à constituição de poupanças. Conforme o volume do capital realizado e o projecto de futuro que poderá contribuir para viabilizar, assim serão tomadas decisões de natureza essencialmente diferente. Pode um objectivo ser a construção de uma casa em Portugal (o que denota já uma força de apego ao país de origem), ou, pelo contrário, no país estrangeiro de residência; pode aquele capital servir para a constituição de um depósito a prazo, em Portugal ou no estrangeiro, sem que tal signifique mais do que a procura da solução mais rendível, uma vez que se trata de um activo realizável a curto prazo; pode ser investido em negócios activos, ou com fins puramente especulativos.

Qualquer que seja a opção, têm as comunidades interesse em organizar-se no sentido de proporcionar aos seus membros condições particularmente favoráveis à aplicação das suas poupanças, ou à melhor rendibilização dos seus consumos. Alguns exemplos desta atitude encontram-se em iniciativas, sobretudo representadas no espaço luso-americano, como a fundação de instituições bancárias, de uma linha de transportes aéreos regulares entre ilhas atlânticas e o continente americano, ou a proposta de

instalação de uma cadeia de televisão por cabo em Portugal, com capitais provenientes da emigração.

De menor envergadura financeira citem-se os casos de agências de viagens ou de voos organizados destinados a servir especialmente uma clientela de portugueses e luso-descendentes nas suas deslocações periódicas a Portugal.

Do lado português, a organização provém sobretudo, e naturalmente, do foro decisório oficial.

Assim, a atribuição de especiais condições de juro e de abertura de crédito para os residentes no estrangeiro tem-se destinado a criar, aliás com sucesso, uma situação vantajosa de condições que torne competitivo o espaço financeiro português, em comparação com as oportunidades oferecidas em praças estrangeiras; e não constitui, como às vezes se insinua ou se quer fazer crer, um «favor» que Portugal faça aos seus emigrados e que estes retribuam por gratidão ou por patriotismo.

Pelo contrário, faz-se seriamente sentir a falta de mecanismos destinados a orientar os capitais provenientes da emigração, no sentido do seu investimento produtivo e rendível, como o seria, por exemplo, a criação de sociedades de investimento, de instituições bancárias ou para-bancárias, ou a emissão de acções de empreendimentos voltados para o desenvolvimento regional.

A condição para tal é que a gestão destes meios seja escrupulosamente orientada e fiscalizada, em associação com uma assessoria técnica de competência e isenção indiscutíveis.

Enquanto realizações deste tipo não virem a luz do dia, seria pelo menos razoavelmente útil que um adequado serviço de informações económico-financeiras fosse posto, em Portugal, à disposição dos membros das comunidades. Ora, na verdade, um serviço de procuradoria destinado aos emigrantes, criado pela correspondente Secretaria de Estado, bem como os vários outros serviços do mesmo pelouro habilitados a prestar este tipo de informações, não parecem estar dotados de flexibilidade, da qualificação técnica nem da informação geral e actualizada que seriam desejáveis para um eficaz aconselhamento sobre programas e ocasiões de realizar investimentos.

Dadas estas deficiências de informação, não é de estranhar que o volume de poupanças entradas em Portugal tenha sido, pelo menos até ao presente, muito mais determinado pela existência, ou não, de uma intenção de regresso definitivo ao País a curto ou médio prazo do que pelo montante efectivo de capitais disponíveis. Deste modo, verifica-se, como regra média, embora não generalizável, que os emigrantes na Europa investem mais em Portugal do que no estrangeiro, exactamente ao contrário do que se passa para o resto do mundo¹⁴.

Em nossa opinião, um aumento do grau de organização das comunidades e, simultaneamente, das estruturas sediadas em Portugal, em terrenos de interesse comum, poderia contribuir para uma melhor utilização daque-

¹⁴ Tomando como referência os números relativos a 1982, os aforros entrados em Portugal provenientes dos destinos europeus totalizaram aproximadamente 1500 milhões de dólares, enquanto os envios do resto do mundo (EUA, Canadá, Venezuela, Brasil, África do Sul e outros) atingiram apenas cerca de 670 milhões de dólares.

les capitais, em empreendimentos unilaterais ou em regime de *joint-venture*, com significativo aumento de benefícios directos e indirectos para ambas as partes.

Transitando do terreno económico para o essencialmente cultural das relações entre Portugal e as comunidades no estrangeiro, devem distinguir-se as iniciativas provenientes destas últimas e as que se originam em Portugal.

No nosso entender, as solicitações iniciaram-se no exterior, vindo a ter resposta e seguimento pela acção do departamento português responsável pela problemática emigratória. O avolumar do expediente, traduzido num crescente número de intervenções, deu origem à criação de um serviço coordenador específico, onde o apoio cultural às associações é centralizado¹⁵.

Novamente, só a forma organizativa dos dois lados do trajecto emigratório tornou viável este tipo de enquadramento cultural: por via administrativa, em Portugal, os apoios são concedidos às estruturas formalmente organizadas (e só a essas), constituídas no estrangeiro sob a forma de associações; a elas são também proporcionadas formas de animação cultural subsidiadas pelos mesmos serviços (espectáculos, exposições, conferências, distribuição de bibliotecas, filmes, videogramas, etc.).

Além da acção oficialmente desenvolvida pela Secretaria de Estado das Comunidades, são ainda de referir: as iniciativas do mesmo tipo provenientes dos órgãos homólogos dos governos regionais das regiões autónomas; as acções de enquadramento religioso levadas a cabo por organizações confessionais, principalmente pela igreja católica; a acção educativa cultural, em parte assegurada pelo Instituto de Língua e Cultura Portuguesa e pela Secretaria de Estado da Cultura, do Ministério da Educação; enfim, com notável predomínio no campo da iniciativa privada, são de salientar as numerosas iniciativas e apoios da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao fazer um balanço crítico da intervenção de todo este conjunto de instituições, podem talvez assinalar-se dois tipos de correcções a preconizar. A primeira respeita a uma certa sensação de diversidade de esforços pouco coordenados entre si, e mais resultantes de pedidos esparsos e pontuais oriundos das associações do que decorrentes de uma política coerente, fundamentada e programada dos organismos tutelares portugueses. Está isenta deste pecado a intervenção da igreja católica, que o não comete em geral.

A segunda observação refere-se a um juízo sobre o carácter mais tático do que estratégico das acções desenvolvidas. Nesta perspectiva, entendemos que grande parte das iniciativas culturais levadas a cabo visam explicitamente apenas a comunidade, como população-alvo restrita. Ora algumas dessas acções mereceriam, mediante um certo reforço de qualidade intrínseca e se promovidas por uma publicidade mais alargada, abranger também as populações nacionais dos países de acolhimento. A vantagem evidente seria a de, ao oferecer manifestações culturais de qualidade às populações dos locais onde as comunidades portuguesas exis-

¹⁵ Direcção dos Serviços de Coordenação da Acção Externa, criada no Secretariado Nacional da Emigração em 1970 e ainda hoje existente.

tem, se conseguir uma mais geral e melhor compreensão, aceitação e respeito pela cultura própria dessa comunidade, ajudando assim a promover a imagem pública dos núcleos imigrados.

Constituindo de certo modo uma ponte entre manifestações de tipo puramente cultural e uma actividade de sentido político (na acepção mais nobre do termo, pois que visa promover unidade e congregação dos membros da comunidade em torno de uma ideia ancestral), mencionamos as festividades associadas ao Dia Nacional Português, 10 de Junho.

Carregando hoje consigo a designação prolixa de Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, a festa nacional resultou de uma procura de consenso, ou de compatibilização, entre conotações tão díspares como a projecção da entidade cultural do Épico, o orgulho nacional da expansão e do Império e a reconversão conceptual de espaço colonial alargado em espaço emigratório não menos estendido.

Este sincretismo foi, afinal, plenamente conseguido. Actualmente, a Festa Nacional é comemorada com particular brilho no exterior, mais do que no interior do País, constituindo um quadro de referência cultural para afirmação da identidade própria, posta nessa data em oposição e destaque em relação à cultura do país de acolhimento.

Este fenómeno alcança maior dimensão e mais visível projecção nos destinos onde a emigração já adquiriu carácter tradicional e manifesta peso numérico significativo; mais ainda, nos países em que a política de imigração tende a favorecer a fixação definitiva, com o respeito (pelo menos no plano dos princípios) pelas culturas nacionais das minorias residentes, como acontece mais visivelmente no Brasil, no Canadá e nos Estados Unidos¹⁶.

Em comparação com estes casos, são mais modestas as manifestações que decorrem nos países de destino europeus, onde as manifestações se circunscrevem mais ao estrito âmbito da comunidade, não assumindo em geral a extroversão ou a exteriorização pública, culturalmente demarcada.

São ainda de referir no plano das relações das comunidades com Portugal as oportunidades que lhes são oferecidas para uma relativa participação em actividades de cariz essencialmente político. Inserem-se neste domínio as visitas de Estado aos países receptores efectuadas por membros dos órgãos de soberania portugueses, a capacidade de representação e de delegação atribuída às emanações do movimento associativo, para a sua audição em órgãos consultivos do Governo (ver cap. 1) relacionados com a problemática emigratória, e, finalmente, a intervenção política directa em actos eleitorais realizados em Portugal nos quais o voto dos emigrados esteja legalmente consagrado.

Em relação a estas várias ordens de questões podem tecer-se brevemente algumas considerações orientadoras:

De uma maneira geral, as autoridades dos países receptores têm tendência para encarar com reticência, quando não com desprazer, visitas fei-

¹⁶ Citem-se, em particular, as Festas do Dia de Portugal no Canadá (em Toronto e Vancouver) e nos Estados Unidos (principalmente Massachusetts e Califórnia), em que gigantescos cortejos com motivos históricos, etnográficos e alegóricos de raiz portuguesa tudo fazem para impressionar e afirmar a sua existência e individualidade perante numeroso público da sociedade local.

tas a comunidades aí radicadas por entidades que não estejam investidas de uma visível capacidade de representação portuguesa oficial. Desta forma, enquanto as visitas de Estado, acordadas livremente entre países soberanos, decorrem com abertura e diplomática aceitação, são frequentemente mal-vindas as visitas realizadas por entidades político-partidárias efectuadas à revelia ou sem o beneplácito expresso das autoridades locais; compreende-se essa atitude como resposta a iniciativas que podem facilmente ser interpretadas como ingerência externa nos interesses do país de acolhimento, ou como violação do estatuto de neutralidade política que, em muitos países, é imposto aos estrangeiros residentes.

No tocante aos mecanismos de audição e representação das comunidades junto das autoridades portuguesas impõe-se a reflexão de ser a via associativa a única pragmaticamente possível para assegurar essa representação. Porém, a limitação intrínseca dessa via, que não pode legitimamente representar a totalidade dos interesses de cada comunidade, deve fazer encarar com algum cuidado a inteira validade dos resultados obtidos.

A aquisição de capacidades eleitorais e a dimensão dessas mesmas capacidades não são problemas que possam considerar-se já como totalmente resolvidos. Um exemplo desta afirmação situa-se na impossibilidade de os emigrantes participarem em eleições para o poder local, mesmo nos casos em que haveria óbvia vantagem em assegurar tal intervenção (por exemplo, quando existam situações de bipolaridade entre uma localidade portuguesa e uma outra situada no estrangeiro, partilhando populações da mesma origem, em forte interacção comunitária). Este tipo de dificuldade encontra soluções alternativas, uma das quais é o mecanismo de cooperação directa entre as duas subcomunidades¹⁷, sendo outra a dos processos de geminação entre elas, prática que está a encontrar uma franca expansão.

Outro problema político é a falta de acesso dos emigrantes à eleição para a Presidência da República, direito por eles insistentemente reclamado directamente, em campanhas de imprensa e através da sua representação no Conselho das Comunidades. Compreendendo-se embora as razões de quem defenda a manutenção deste impedimento (em síntese, baseadas no argumento de que a ausência mais ou menos prolongada do País retira capacidade crítica à opção do voto dos emigrantes), não pode deixar de se contrapor que existe uma certa contradição entre essa posição e o conceito de uma nação una que irmane todos os portugueses, estejam eles dentro ou fora do território nacional.

A inscrição e a participação eleitorais, pela modéstia dos números que atingem, reflectem talvez a existência de soluções ainda não completamente estabilizadas. Assim, as inscrições como votantes para as últimas eleições legislativas (1985) resumem-se a 191 266 eleitores para os dois círculos no estrangeiro, sendo 75 745 para o círculo Europa e 115 521 para fora da Europa. Por países são dominantes as inscrições na Alemanha (21 897), França (41 000), África do Sul (22 727), Brasil (27 477), Canadá (12 887), Estados Unidos (14 915) e Macau (11 723).

¹⁷ Ver Maria Beatriz Rocha-Trindade, «Comunidades migrantes em situação dipolar», in *Análise Social*, n.º 48, pp. 983-997.

Se compararmos o total dos inscritos com o somatório das populações das comunidades; mesmo admitindo que uma parte significativa destas possa ter perdido a nacionalidade portuguesa (e portanto a capacidade eleitoral), por naturalização ou por exercício de direito de opção; descontando ainda as crianças e jovens com idades inferiores à da maioridade legal — é possível que o número de inscritos não ultrapasse em muito o de 10 % dos que poderiam fazê-lo.

Em termos de participação eleitoral, a percentagem global é de 30 % dos inscritos, não sendo muito variáveis, em relação a esta média, as participações nos vários países e regiões: na Europa, 31,1%; no resto do mundo, 29,4 %. Não tem, por conseguinte, qualquer fundamento a hipótese, largamente aventada, de haver maior empenhamento eleitoral nos países para onde a emigração é mais recente e com maior aproximação geográfica e social de Portugal (isto é, na Europa) do que no resto do mundo.

Pode este conjunto de factos ser interpretado como uma manifestação de falta de consciência cívica geradora de desinteresse; ou ser revelador de uma ausência de opinião formada, em resultado de deficiências de informação; ainda, complementarmente, advir de um deliberado afastamento da participação eleitoral, por discordância com os modos ou as formas que reveste¹⁸.

Em síntese final, entendemos sugerir que os problemas do voto dos emigrantes, designadamente o tipo de eleição para que têm capacidade, os números de deputados a eleger pelos seus círculos e a forma que reveste o processo eleitoral merecem ser de novo equacionados, estudados e resolvidos.

V — HORIZONTES FUTUROS

1. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA A MÉDIO E A LONGO PRAZO

Sendo sempre arriscado tentar fazer futurologia num terreno de variáveis tão numerosas e complexas como o tem sido a emigração portuguesa, não teria sentido seguir esse caminho. No entanto, podem indicar-se tendências desde já visíveis, que poderão talvez orientar-nos num terreno algo escorregadio e movediço. Fá-lo-emos sob forma de proposições, não necessariamente susceptíveis de prova:

1. Para que a parte puramente endógena da pressão que tem levado os Portugueses a emigrar cesse os seus efeitos é necessário postular uma melhoria substantiva da situação de oferta de emprego em Portugal, sobretudo em sectores «atractivos» da actividade profissional; um aumento da capacidade de poupança e, simultaneamente, das correspondentes oportunidades de investimento;

¹⁸ Estando-lhe vedado o voto por correspondência, tem sido assinalado por representantes dos emigrantes que a obrigatoriedade de deslocação a uma delegação consular, eventualmente distante, constitui efectivo impedimento ao exercício desse direito.

2. Carregando consigo o hábito e a tradição de emigrar, seria necessário que as condições acima indicadas se mantivessem por longo período, para que se apagasse memória e tradição de partidas e que a emigração deixasse de ser fenómeno estrutural da sociedade portuguesa;
3. Enquanto tal não acontecer, a pressão endógena encontrará vias de escape onde quer que elas se manifestem, sob a forma de: ofertas de emprego no estrangeiro, sujeitas ou não a prazo; notícia de oportunidades de trabalhar em países onde a entrada seja facultada, ou insuficientemente controlada; facilidades de circulação sob pretextos variados, aproveitados distorcidamente para emigrar, etc.;
4. O movimento de regressos será limitado em todos os locais de fixação possível, quando aí as condições gerais de vida sejam substancialmente superiores às vigentes em Portugal; será extensivo, sempre que a fixação for desencorajada ou impedida, ou existam ameaças de peso significativo para o imigrante, aos campos económico e social.

Em síntese: independentemente de flutuações conjunturais, o saldo emigratório português terá tendência para se manter positivo a médio e a mais longo prazo. Apenas é imprevisível saber em que locais irão ser formados novos núcleos ou comunidades de portugueses.

2. PORTUGAL E OS PAÍSES DE ÁFRICA

Em relação a novos possíveis destinos da emigração portuguesa no futuro, vale a pena fazer algumas reflexões sobre a eventualidade de alguns desses se situarem em países africanos de expressão oficial portuguesa.

A afirmação anterior não deve ser interpretada nem como sendo a favor de uma suposta vocação «terceiro-mundista» de Portugal (o que quer que este termo, profundamente ambíguo, possa significar na mente das muitas pessoas que o têm utilizado), nem tão-pouco como uma atitude de raiz ou intenção neocolonial. Tal não teria cabimento, no plano ideológico, para uma nação que renunciou a qualquer intenção imperial; nem no plano da sua própria dimensão económica, obviamente inadequada para esse tipo de veleidades.

As razões são outras: na realidade, existem hoje em Portugal centenas de milhares de pessoas profundamente conhecedoras de algumas das realidades africanas, fruto da sua vivência, por vezes de raiz ancestral; destas, muitas desejariam voltar a trabalhar no que consideram a sua terra de nascimento, se para tal lhes fosse oferecida a oportunidade e proporcionado um conjunto mínimo de garantias. Outros, sem qualquer ligação anterior a África, demonstraram o seu empenhamento em emigrar para qualquer lugar onde exista trabalho e compensação, sem que o seu desejo tenha podido ser satisfeito, por falta de abertura dos mercados de trabalho estrangeiros tradicionais.

As condições favoráveis à emigração não se verificaram até ao presente, sobretudo no que respeita aos dois espaços africanos com maior

potencial de absorção humana e maiores perspectivas de desenvolvimento económico a prazo: Angola e Moçambique. Apenas se têm verificado intercâmbios de pessoas pelo mecanismo da cooperação, isto é, fruto de acordos entre Estados soberanos, por via dos quais certos tipos especializados de recrutamento se têm podido satisfazer.

Os frutos dessa cooperação, se podem ser qualitativamente importantes, não o serão nunca no plano quantitativo dos fluxos de pessoas, nem as condições à partida tendem a favorecer uma «atitude de emigração», isto é: para quem parte, a procura de um país de acolhimento onde existam oportunidades de trabalhar, de poupar e, quiçá, de se fixar e inserir.

Entendemos que a abertura à imigração de portugueses, por parte daqueles países, teria consequências benéficas para todas as nações envolvidas, como aconteceu com a emigração portuguesa para o Brasil, após a independência deste último.

Podem enunciar-se rapidamente as condições genéricas para que essa corrente migratória se tornasse viável:

- Resolução dos problemas de segurança em Angola e Moçambique, ambos a braços com acções armadas contra o Estado instituído;
- Normalização completa das relações diplomáticas entre aqueles países africanos e Portugal;
- Garantia de trabalho e de segurança pessoal para os imigrantes e suas famílias.

Para além destas, todas as outras condições são triviais em contextos migratórios e fazem parte da jurisprudência do direito internacional, tais como: a obrigatoriedade de não exercício de actividade política, salvo nos casos autorizados por lei; a conformidade obrigatória com as leis, os usos e os costumes locais, de modo a não chocar a sociedade do país receptor; o respeito pelas relações contratuais livremente estabelecidas, etc.

Além do mais, entendemos que a leal convivência entre pessoas, em ambiente profissional ou social, qualquer que seja a sua origem étnica ou nacional, constitui o melhor meio de ultrapassar memórias de conflito ou de injustiça, que o tempo, aliás, se encarregará de ir atenuando.

Finalmente, somos de opinião que é mais são e mais igualitário, para cada uma das nações envolvidas, o estatuto global da emigração/imigração do que o decorrente da relação intrinsecamente assimétrica daquilo que se entende (não só no caso português, como ainda no de vários outros países) por cooperação.

3. EVOLUÇÃO DAS COMUNIDADES

Com o decorrer das gerações, as comunidades que se não tenham despojado completamente por via do mecanismo de regresso (o que, salvo ocorrência de natureza muito anómala, não parece hoje previsível em países politicamente estabilizados, como o são a maioria dos destinos da emigração portuguesa) terão tendência a crescer e a prosperar.

Não quer isto dizer que todas as comunidades sobrevivam *como tal*, se a ligação entre os seus membros e a consciência afectiva da origem ances-

tral forem submersas pela força integradora, dominante, da sociedade receptora.

Poderemos enumerar algumas condições para que essa diluição seja minimizada:

A concentração geográfica, facilitando a articulação e o contacto entre os membros da comunidade e tornando possível a actividade associativa regular, é um factor de conservação das ligações à cultura original. A própria tendência dos Portugueses para se concentrarem segundo as suas localidades ou regiões de origem contribui para que esta condição tenha probabilidades de se verificar;

A emergência de personalidades que se projectem socialmente, não só na comunidade de luso-descendentes, mas também na própria sociedade circundante, constitui factor importante de agregação numa procura inconsciente de um prestígio obtido por afinidade. Estas personalidades, cujo destaque terá resultado de alguma capacidade excepcional, assumem por vezes funções de liderança, formal ou honorífica, das formas organizativas próprias da comunidade;

É muito importante para a prosperidade económica e social de uma comunidade, sobretudo no prazo longo, a promoção educacional dos seus membros, tomados na generalidade. Em particular, é o acesso a profissões liberais prestigiadas e a funções de quadro técnico especializado que confere capacidade para outros tipos de projecção social, que não a puramente económica: participação cívica em situação de proeminência, assunção de cargos superiores administrativos e de intervenção política. Infelizmente, se exceptuarmos o caso muito particular da colónia portuguesa do Brasil e de alguns núcleos na Califórnia e costa leste dos Estados Unidos (Rhode Island, Massachusetts e Connecticut), tem havido uma pouco sensível ascensão educacional por parte das novas gerações, comprometendo a «importância» que a comunidade pode atingir na sociedade local. É este, sem dúvida, um terreno onde um esforço significativo de sensibilização das comunidades para a problemática educacional deveria ter lugar;

Finalmente, o requisito mais importante para a coesão de uma comunidade e para a manutenção da sua identidade própria, radicada na afinidade cultural com a terra dos seus fundadores, é o reconhecimento da importância que ela própria verifique merecer nas suas relações com Portugal: audição, participação, representação em órgãos e matérias relacionados com a mãe-pátria; e, sobretudo, a certeza absoluta, por factos demonstrada, de que esta os reconhece, respeita e aceita como verdadeiros filhos.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Armando, 1945, *Portugueses do Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 286 pp.
- ALARCÃO, Alberto, 1983, *The Portuguese Population in the History of Civilizations. An introductory analysis for its comprehension, and some problems*, Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 35 pp.

- ALPALHÃO, J. António, e ROSA, Vítor P., 1979, *Les Portugais du Québec*, Otava, University of Ottawa Press, 320 pp.
- ALVES, Marcial, 1983, *Os Portugueses no Mundo*, Lisboa, Ed. O Dia, 503 pp.
- ANDERSEN, Grace, 1974, *Networks of Contact: the Portuguese and Toronto*, Waterloo, Wilfrid Laurier University, 195 pp.
- CAVACO, Carminda, e MEDEIROS, Carlos Alberto, 1979, *Aspectos Geográficos da Evolução Demográfica de Portugal Continental depois do Último Censo*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, INIC, 101 pp.
- CHARBIT, Yves, 1979, *Children of Migrant Workers and their Home Countries*, Ankara, International Children's Centre, Turkish and International Turkish Centre, 147 pp.
- CINTRA, Luís F. Lindley, 1981, *Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, SEBESPE, 21 pp.
- CLEVY, Jean, 1976, *Sur la Scolarisation des Enfants de Travailleurs Migrants*, Paris, Les Éditions ESF, 163 pp.
- CUMMINGS, J., 1981, *Bilingualism and Minority-Language Children*, Toronto, Ontário, Institut for Studies in Education, 46 pp.
- DIAS, Eduardo Mayone, 1981, «A presença portuguesa no Hawaii», in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 87, Lisboa, 75 pp.
- , 1986, *Novas Crónicas das Américas*, Lisboa, Peregrinação Editora, 146 pp.
- DOLSON, D. P., e LOPEZ, C., 1981, *Schooling and Language Minority Students: a Theoretical Framework*, Sacramento, California State Department of Education, 218 pp.
- GIRÃO, Aristides Amorim, 1941, *Atlas de Portugal*, Coimbra, 1.ª ed.
- HORTA, Ana Paula Beja, 1986, *Os Portugueses Aqui*, Vancôver, Simon Frazer University, 53 pp. (policopiado).
- LAMBERT, Wallace E., s. d., *The Case for Maintaining Minority Languages and Cultures in America*, Oakland, Califórnia, Ed. Luso-American Education Foundation, 26 pp.
- LEAL, Luís, 1977, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroom, P. Univ. for CHE, 83 pp.
- LOPEZ, Guillermo, 1984, *An Annotated List of Publications Developed by the Office of Bilingual, Bicultural Education*, Sacramento, California State Department of Education, 5 pp. (folheto).
- MACEDO, Donald D. P., 1980, *Issues in Portuguese Bilingual Education*, National Assessment and Dissemination Center, Cambridge, Mass., 276 pp.
- MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, 1978, «L'Émigration Portugaise (XV-XX Siècles). Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1 (Janeiro-Junho), Sá da Costa Editora, p. 532.
- MARQUES, Domingos, e MEDEIROS, João, 1978, *25 Anos no Canadá*, Toronto, Lisbon Publications, 145 pp.
- MARTINS, Oliveira, 1981, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956, pp. 205-264.
- NAZARETH, J. Manuel, 1984, «Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais», in *Análise Social*, vol. xx, n.ºs 81-82, pp. 237-262.
- NEVES, João Alves, 1983, «O Brasil e a emigração portuguesa», in *Nova Renascença*, n.º 10, Porto, pp. 113-117.
- PAP, Leo, 1981, *The Portuguese-Americans*, Bóston, Twayne Publishers, 300 pp.
- PEIXOTO DA FONSECA, Fernando Venâncio, 1979, *História e Situação da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Colégio Militar, 33 pp. + mapa.
- PINHO, Helder, 1978, *Portugueses na Califórnia*, Lisboa, Editorial Notícias, 137 pp. + índice.
- RIBEIRO, José Luís, 1982, *Portuguese Immigrants and Education*, Bóston, Portuguese-American Foundation, 182 pp.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1981, «Emigração portuguesa: as políticas de 'Trajecto de ida' e de 'Ciclo fechado'», in *Revista de História Económica e Social*, n.ºs 1-2, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp. 71-90.
- , 1984, «O português para além fronteiras. Filhos de emigrantes portugueses — 2.ª geração», in *Actas do Seminário-Colóquio Internacional «A Criança — A Educação — A Cultura»*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, 113 pp.
- , 1984, «O diálogo instituído», in *Nova Renascença*, Porto, 1984.
- , 1985, «Descendentes de emigrantes», in *Ensino e Cultura*, 4.ª Reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas, Lisboa, Ed. CCP, pp. 7-17.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, e ARROTEIA, Jorge, 1986, *A Emigração*, Lisboa, Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários, «Cadernos do CEJ», n.º 1, 34 pp. mais

- anexo A («Emigração por comarcas»), anexo B («Representação cartográfica da emigração portuguesa») e anexo C («Bibliografia geral comentada»).
- ULUHAMMAR, B., e JAKOBSSON, B., 1984, *Intercultural education*, Estocolmo, Liber, 208 pp.
- SERRÃO, Joel, 1972, *A Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica*, «Coleção Horizonte», n.º 12, 158 pp. + anexos.
- ZIROTTI, J. P., 1979, *La Scolarisation des Enfants des Travailleurs Immigrés*, t. 1, Nice, IDERIC, 192 pp.
- VÁRIOS, 1985, *SOPEMI/Système d'Observation Permanente des Migrations*, Paris, OCDE, 94 pp.
- , 1984, *Studies on Immersion Education — A Collection of United States Education*, Sacramento, ed. California State Department of Education, 184 pp.
- VIANA, Arthur, 1974, *História da Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, Belém, Grafisa, 389 pp.
- S/AUTOR, 1983, *Estatística*, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ensino Básico e Secundário, ano lectivo de 1981-82.
- , 1985, *Números Relativos aos Cursos de Cultura e Língua Portuguesa no Estrangeiro 1983-84*, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Serviço de Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro.
- , 1985, «Círculos eleitorais dos residentes fora do território nacional», in *Eleição da Assembleia da República. Escrutínio Provisório*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), pp. 347-373.
- , 1985, *Antecedentes, Criação e Percurso do Conselho das Comunidades Portuguesas*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 133 pp.
- , 1986, «L'Avenir des Migrations», in *MAS — Politique de Main d'Œuvre et Affaires Sociales*, n.º 21, Maio, Paris, OCDE.

ANEXOS

Emigrantes por países de destino, 1960-84

[QUADRO A]

Anos	R. F. da Alemanha	R. da África do Sul	Austrália	Brasil	Canadá	Estados Unidos	França	Países Baixos	Luxemburgo	Reino Unido	Suiça	Venezuela	Outros países	Total
1960	54	685	98	12 451	4 895	5 679	3 593	3	2	84	8	4 026	740	32 318
1961	277	1 126	110	16 073	2 635	3 370	5 446	55	20	127	49	3 347	891	33 526
1962	483	739	110	13 555	2 739	2 425	8 245	70	50	163	20	3 522	1 418	33 539
1963	1 029	699	112	11 281	3 424	2 922	15 223	148	115	244	53	3 109	1 160	39 519
1964	3 868	1 437	175	4 929	4 770	1 601	32 641	297	328	331	193	3 784	1 292	55 646
1965	11 713	2 802	164	3 051	5 197	1 852	57 319	480	363	421	171	3 920	1 603	89 056
1966	9 686	4 721	288	2 607	6 795	13 357	73 419	1 308	462	597	205	4 697	2 097	120 239
1967	2 042	1 947	347	3 271	6 615	11 516	59 415	401	205	631	191	4 118	1 803	92 502
1968	4 886	921	381	3 512	6 833	10 841	46 515	467	215	537	176	3 751	1 417	80 452
1969	13 279	713	446	2 537	6 502	13 111	27 234	420	361	783	276	3 044	1 459	70 165
1970	19 775	702	360	1 669	6 529	9 726	21 962	393	269	506	362	2 927	1 180	66 360
1971	16 997	339	435	1 200	6 983	8 839	10 023	338	175	303	344	3 500	924	50 400
1972	14 337	274	249	1 158	6 845	7 574	17 800	149	529	309	527	3 641	692	54 084
1973	31 479	359	672	890	7 403	8 160	20 692	394	2 870	586	1 246	4 294	472	79 517
1974	3 049	452	643	729	11 650	9 540	10 568	278	2 123	666	735	2 550	414	43 397
1975	1 072	217	256	1 553	5 857	8 975	2 866	44	649	630	123	1 903	666	24 811
1976 (a)	346	210	213	837	3 585	7 499	1 787	19	138	299	98	1 812	611	17 454
1977 (a)	210	198	465	557	2 280	6 748	1 435	34	194	191	231	3 613	839	16 995
1978 (a)	112	157	496	323	1 871	8 171	1 604	25	185	145	212	3 580	1 770	18 651
1979 (a)	76	163	227	215	2 805	8 181	2 168	19	512	177	29	3 944	2 106	20 622
1980 (a)	67	163	317	229	3 269	4 981	1 862	38	450	100	41	2 744	3 783	18 044
1981 (a)	43	418	1 420	228	2 250	4 293	1 568	51	190	46	44	2 490	3 493	16 534
1982 (a)	37	146	1 463	189	1 480	1 881	584	12	97	30	42	2 845	1 450	10 256
1983 (a)	18	97	857	186	772	2 387	651	15	52	23	39	1 350	458	6 905
1984 (a)	27	151	1 055	121	777	2 636	670	17	15	16	33	666	389	6 573
Totais gerais	134 962	19 836	11 359	83 351	114 761	166 265	425 290	5 475	10 569	7 945	5 448	79 177	33 127	1 097 565

(a) Valores provisórios.

Populações estimadas das comunidades portuguesas no estrangeiro

[QUADRO B]

País	Número
Brasil	1 200 000
França	900 000
África do Sul	600 000
EUA	263 000
Canadá	235 000
Venezuela	220 000
RFA	106 000
Espanha	65 000
Argentina	50 000
Grã-Bretanha	40 000
Austrália	31 000
Luxemburgo	27 559
Bélgica	18 000
Moçambique	18 000
Angola	11 620
Suiça	10 678
Outros países	60 503
Total	3 856 360

Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.